

Outubro 2008

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

Genérico

Redacção Kâmia Madeira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 redução da pobreza e economia 2

1.1 Infra-estruturas decisivas na redução da pobreza.....	2
1.2 Há um desafio sério na protecção dos pobres.....	2
1.3 Estamos a fazer o que os governos querem.....	2
1.4 Ainda não podemos dizer que Angola já não é um país pobre.....	3
1.5 A crise pode diminuir a ajuda externa.....	4
1.6 Angola comprometida no combate à fome.....	4
1.7 Não é só com o salário que se deve garantir a distribuição da riqueza.....	5
1.8 «O governo deve criar política e dar oportunidade de participação».....	6
1.9 Pretendemos que cada projecto seja verdadeiramente uma escola.....	7
1.10 A situação da pobreza em Angola ainda é preocupante.....	7
1.11 Mulher Rural aposta na erradicação da pobreza e violência doméstica.....	8
1.12 Números do problema.....	8

2 mercado informal e microfinanças 10

2.1 «Zunga» em chinês.....	10
2.2 Um pouco de ciúmes.....	10
2.3 Maciel Neto “Makavulu.....	10
2.4 Muitos formandos vêm do Roque.....	10
2.5 Cabines privadas prejudicam operadoras de telefonia móvel.....	11
2.6 A maior parte das zungueiras são mães solteiras.....	12
2.7 Preço do dia: 93 kwanzas.....	12
2.8 Camponesas contempladas com micro créditos em Cabinda.....	14
2.9 Banco Sol concede micro-creditos avaliados em 67 milhões de kwanzas.....	14
2.10 Associações de camponeses recebem crédito bancário.....	15
2.11 Kwanza-Sul procura pôr em dia programa de crédito “Angola Jovem.....	15
2.12 KPMG Angola lança estudo de pesquisa sobre banca angolana.....	16
2.13 Micro-Crédito chega a Calumbo.....	16
2.14 Armadilhas da teoria económica.....	16

3 governação e descentralização 18

3.1 Municípios querem gerar auto-sustento.....	18
3.2 Huambo: Recomendada maior participação dos estudantes universitários na vida pública.....	19
3.3 Chefe de Estado nomeia Albino Malungo para governador da província do Huambo.....	19
3.4 Cacuaco com a vida agora mais facilitada.....	19
3.5 Fórum estuda melhor organização da mulher rural na província do Zaire.....	20
3.6 Vida de cão na «terra perdida».....	21
3.7 O tradicional no estadual: hipocrisia ou metamorfose?.....	22

5 Educação, Juventude e Criança 24

5.1 Polícia resgata crianças acusadas de feitiçaria.....	24
5.2 Malnutrição na Pediatria de Luanda.....	24
5.3 “Angola-Jovem” é vector de desenvolvimento.....	25

6 terra, habitação e urbanização 26

6.1 Terreno da discórdia.....	26
6.2 Guerra de terrenos volta a agitar Lobito.....	26
6.3 Casas para casais jovens são erguidas em Caxito.....	27
6.4 Materiais para a construção de residências distribuídas a dezenas de jovens necessitados.....	27
6.5 Governante quer projectar no exterior a imagem da nova realidade de Angola.....	27
6.6 Governo tem como meta construir um milhão de habitações sociais.....	28

6.7 ONU defende urbanização com respeito pelo ambiente.....	29
6.8 Adjunta de Ban Ki-moon satisfeita com progressos.....	29
6.9 A satisfação da ONU.....	30
6.10 Nasce ao Sul de Luanda uma “Cidade Harmoniosa”	30
6.11 A cidade e o campo.....	31
6.12 Cidadãos sem fronteiras, a sua missão é ajudar a quem precisa.....	32
6.13 Compra de casas mais fácil	32
6.14 Mexicano já viveu em Angola	32
6.15 Crescimento da cidade será para o interior e em áreas satélites	33
6.16 DW e IRSEM canalizam verbas para habitação e reassentamento	33
6.17 A gigante empreitada de construir um milhão de casas em quatro anos	34
6.18 Ainda o milhão de casas	34
6.19 As matemáticas impostas por um milhão de fogos.....	35
6.20 As verdades do seu habitat que JES não queria ouvir	35
6.21 «Acho impossível atingir-se esta meta»	36
6.22 Os novos que se virem	37
6.23 Novos empreendimentos modernizam zona de Viana	37
6.24 O combate ao caos urbanísticos esta a ser feito através de modelos integradores	38
6.25 Violações dos direitos humanos obstam realização de cidades harmoniosas	38
6.26 Os elementos fundamentais das teorias do habitat.....	39
6.27 Um passado que se faz presente	40
7 serviços basicos.....	42
7.1 Administração municipal do Kuito coloca contentores de lixo	42

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Infra-estruturas decisivas na redução da pobreza

Novo Jornal 10/11/08

A Estratégia de Combate à Pobreza, revista em 2005, visa reduzir a incidência da pobreza para cerca de um terço da população em 2015, quando, na sequência de inquéritos realizados pelo Governo no início da década, abrangia mais de dois terços da população.

Entre as 10 áreas prioritárias no combate à pobreza – Reinserção social; Segurança e protecção civil; Segurança alimentar e desenvolvimento rural; VIH/SIDA; Educação; Saúde; Infra-estruturas básicas; Emprego e formação profissional; Governação e Gestão macroeconómica – as metas estabelecidas no âmbito da recuperação de infra-estruturas incluíam a "reabilitação e manutenção periódica da rede nacional de estradas que permitam a circulação (15,5 mil km)", a melhoria da operacionalização dos Caminhos-de-ferro, implementando o Programa de

Reabilitação dos Caminhos-de-ferro de Angola; aumentar o acesso a água potável para 76% e 48% e dos sistemas de saneamento para 79% e 32% nas áreas urbanas e rurais, respectivamente. No campo da energia, garantir o acesso à rede eléctrica para 25% da população e a disponibilização de habitação social para famílias em condições precárias, na ordem das 11/12 mil em Luanda e 17 mil no restante território.

1.2 Há um desafio sério na protecção dos pobres

Novo Jornal 17/11/08

Os objectivos do Milénio prevêem o melhoramento de índices de várias áreas, como o ambiente. Qual a situação ambiental em Angola? A degradação ambiental em Angola é grande, porque a gestão sustentada dos recursos naturais não é uma realidade. Não existe ainda uma consciência pública para o que é a gestão ambiental. O PNUD apoiou o governo na elaboração de um plano de apoio à biodiversidade que pretende criar capacidade de formulação de políticas, monitoria, e permitir a gestão sustentável dos recursos naturais e marinhos, da fauna e da floresta.

Somos um país muito rico em recursos hídricos. Estamos a saber geri-los?

Ainda não. O acesso à água potável em Angola é muito limitado. É um desafio que o país enfrenta, e neste aspecto as Nações Unidas têm um projecto com o governo, que deverá arrancar no próximo ano.

O HIV SIDA é uma outra variável a ter em conta na hora de falar de pobreza e desenvolvimento. Angola está, realmente, tão isolada da "catástrofe" que se regista em países vizinhos, como se diz? Os dados mais recentes (2005/2006) de que dispomos indicam que o índice de prevalência do HIV/SIDA é de 2,1%. Mas há quem fale em 5%, o que continua a ser baixo, quando comparado com outros países da região. Ainda assim, é necessário criar na população a consciência que este é um perigo sério e que pode comprometer o desenvolvimento futuro. As Nações Unidas têm uma grande intervenção nesta área, através do Fundo Global, que se debruça também sobre a malária e a tuberculose.

Os pobres angolanos estão protegidos legalmente?

Se virmos do ponto de vista global, de princípios, temos uma Constituição da República que fala em igualdade de oportunidades para todos os cidadãos angolanos. Mas do ponto de vista prático creio que há um desafio sério de protecção dos pobres. Os esquemas de protecção social que existem não são abrangentes, não têm o impacto necessário. O pobre tem que participar no desenvolvimento, porque o assistencialismo não faz sentido. Ele mantém o status quo.

1.3 Estamos a fazer o que os governos querem

Novo Jornal 17/11/08

Quais são os projectos do PNUD em Angola?

Temos projectos de assistência técnica e capacitação. Trabalhamos nas áreas da justiça, descentralização, poder local, malária, tuberculose. Fazemos também investimentos. Criamos laboratórios, distribuimos mosquiteiros e medicamentos, por exemplo. Entre 2005 e 2008 o PNUD investiu em Angola 139 milhões de dólares.

Muitas vezes a ONU é acusada de ter um papel político e de ser demasiado burocrática, o que tornará lenta a resposta aos desafios que tem pela frente.

Esta crise internacional mostrou que a ONU é muito importante, uma vez que é um fórum multilateral, um espaço de desenvolvimento de parcerias para o desenvolvimento. Enquanto agência das Nações Unidas, o PNUD é percebido como sendo neutral. Somos os facilitadores, fazemos advocacia para aproximar as pessoas. Estamos nos países para fazer o que os governos querem. E temos uma vantagem comparativa enorme, porque somos uma rede global. A questão é que o PNUD é uma agência de desenvolvimento, low-profile. O resultado da nossa intervenção leva alguns anos.

Os governos limitam-vos?

Por vezes a relação com os governos não é linear.

Em Angola é?

Tem sido boa. Há uma grande abertura, temos encontros regulares com o Ministério do Planeamento, entre outros.

Tem havido alguns casos de desvios de fundos na ONU, como o que afectou o programa "Petróleo por Comida".

Isto pode pôr em causa a imagem de inviolabilidade das Nações Unidas?

Não há sistemas invioláveis. A ONU promove com frequência auditorias internas e externas. O que importa é que as situações sejam detectadas e as responsabilidades apuradas.

1.4 Ainda não podemos dizer que Angola já não é um país pobre

Novo Jornal

17/11/08

Qual é o ponto actual da pobreza no mundo?

Actualmente existem, em todo o mundo, cerca de 2,6 mil milhões de pobres. São pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia. Tem havido alguma evolução positiva. No entanto, alguns dos países que outorgaram os objectivos do milénio, entre os quais a redução da pobreza extrema, não os conseguiram cumprir. Sobretudo na África subsahariana.

Porque é que África parece que fica sempre num impasse, em matéria de desenvolvimento? Para reverter a dinâmica do subdesenvolvimento é preciso garantir desenvolvimento económico sustentável durante um período razoável, não apenas crescimento. África não o tem conseguido fazer. Este desenvolvimento tem que ser orientado para os pobres. Há quem explique que os valores culturais também influenciam o processo de desenvolvimento. Por isso é que o tema da semana que o PNUD está a promover, para assinalar o dia mundial da erradicação da pobreza, é "Cultura e Desenvolvimento".

Os valores africanos impedem o desenvolvimento?

África viveu muitos anos num ciclo de deterioração dos seus valores. O que precisamos de fazer aqui é orientar o investimento para as pessoas, entender que são elas que desenvolvem um país. Alguém com educação consegue ser menos vulnerável a doenças, ter acesso à informação, fazer negócios.

Considera que a tendência tem sido olhar para a pobreza de forma unicamente economicista? Hoje está-se a mudar a abordagem, mas a pobreza é um conceito multi-dimensional. É redutor pensar na pobreza extrema como sendo a falta de alimentação para sobrevivência.

O que é um país pobre?

Os indicadores que permitem classificar os países em matéria de pobreza são, basicamente, o acesso à educação, à saúde e à água potável.

Angola é um país pobre?

Não dispomos de indicadores actualizados sobre o desenvolvimento humano em Angola. Os últimos, oficiais, datam de 2001. O país está agora a desenvolver, com o apoio da UNICEF, novas estatísticas, que deverão estar prontas no primeiro trimestre de 2009. Ainda que os dados sejam de há oito anos, creio que ainda não podemos dizer com segurança que Angola já não é um país pobre. O governo já anunciou, no entanto, que pretende reverter a situação em 2015. O crescimento não leva imediatamente ao desenvolvimento, o impacto nos sectores sociais leva tempo. É preciso ter paciência.

Angola tem uma estratégia eficaz de luta contra a pobreza? Tem uma estratégia de luta contra a pobreza, aprovada há uns anos.

Eficaz?

(pausa) Os dados que tínhamos até há uns anos diziam que 67% da população vivia em situação de pobreza. A actualização dos indicadores de desenvolvimento humano, que se está a fazer, é que vai permitir avaliar a estratégia de luta contra a pobreza. Há alguns sinais de que as coisas se estejam a alterar.

Esta "euforia do crescimento" que se vive em Angola obstrui ou promove o desenvolvimento?

Há um elemento fundamental: a economia angolana vai desacelerar o Segundo o Banco Mundial, este ano crescerá entre os 15 e 18%; em 2009, entre os 10 e 12%. Os níveis que agora se registam são um potencial que, bem gerido, pode promover o desenvolvimento.

E está a ser bem gerido? Globalmente podemos dizer que sim. Hoje já se investe em sectores sociais. Mas os grandes desafios que este país tem pela frente para gerar desenvolvimento sustentável são a capacitação institucional, humana e tecnológica. Outro desafio é a redistribuição da riqueza, através de políticas orientadas para os pobres, com a criação de serviços públicos de qualidade, de um ambiente favorável ao desenvolvimento e de um mercado competitivo.

Esse desafio está a ser assumido?

Há uma visão que tem que ser transformada num plano operacional. O novo governo acabou de ser eleito. Isto demora sempre algum tempo.

Que falta a Angola para atingir o grupo dos países de desenvolvimento médio?

Falta investimento em sectores estratégicos, transformar crescimento em desenvolvimento, falta uma governação participativa. Temos que reconhecer que o Estado não tem que resolver todos os problemas. É necessário promover parcerias público-privadas, e desenvolver a sociedade civil. A promoção de negócios sustentados é também um dos caminhos. Por exemplo, aqui em Angola o negócio informal é enorme. Mas no dia em que as pessoas que o praticam largarem as suas bancas, voltarão a cair na pobreza, porque o negócio não é sustentável.

1.5 A crise pode diminuir a ajuda externa

Novo Jornal
17/10/08

Até que ponto esta crise financeira pode pôr em causa os planos de erradicação da pobreza?

Esta crise pode, de facto, afectar as estratégias de redução da pobreza e de desenvolvimento. Pensar que a resposta que tínhamos para a redução da pobreza, antes desta crise, é ainda válida, pode ser enganador.

A actual situação pode refrear os doadores.

Naturalmente. Os esforços que os Estados doadores estão a fazer para salvar os seus sistemas financeiros através da injeção de capitais públicos podem diminuir o fluxo de ajuda externa. Para os países africanos esta situação é um desafio muito sério. Este fim de 2008 traz-nos elementos completamente novos, em termos de conceito de desenvolvimento.

Esta situação remete à discussão sobre a dependência de alguns países em relação aos doadores. Há Estados muito vulneráveis às variações externas, como Cabo Verde. O orçamento de Moçambique, por exemplo, depende muito da ajuda externa. Angola já nem tanto. A ajuda pública ao desenvolvimento de Angola representa menos de 2% do Produto Interno Bruto. Esta crise pode ser uma grande lição, porque os Estados têm que entender que a aposta no desenvolvimento sustentável leva a uma menor dependência das ajudas externas e à auto-sustentabilidade.

Esta crise poderá modificar a geografia da pobreza? Potencialmente pode, mas não creio que venha a acontecer. Há uma mobilização global no sentido de conter o impacto da crise. O que é preciso assegurar é que os pobres não fiquem mais pobres.

A cooperação entre países pobres poderá ajudar a reduzir a pobreza?

Pode sim. Uma das Ligações que o PNUD privilegia é a cooperação sul-sul. Promovermos consultorias regionais e a partilha de experiências entre países com situações e características semelhantes.

1.6 Angola comprometida no combate à fome

Jornal de Angola 17/11/08

O Dia Internacional da Erradicação da Pobreza deve servir de reflexão e de solidariedade para com as pessoas que vivem as dificuldades na primeira pessoa, disse Willy Piassa, gestor do Programa de Luta contra a Pobreza Urbana (LUPP), em entrevista ao Jornal de Angola, adiantando que "todos devemos acatar as palavras do Presidente da República José Eduardo dos Santos, proferidas na província do Namibe, onde disse que era importante que os que têm, ajudem aos que não têm nada".

Willy Piassa revelou que ainda existem no país "várias

pessoas que dormem e acordam com fome. Por isso, hoje, Dia internacional da Erradicação da Pobreza, vamos todos ajudar aqueles que necessitam do nosso apoio", apelou.

Segundo o gestor da LUPP, para celebrar a efeméride, é preciso mobilizar e consciencializar a sociedade sobre a situação da pobreza em Angola e todos devem solidariedade aos que vivem a pobreza extrema na primeira pessoa. "Temos em carteira um vasto programa, que inclui a divulgação da problemática da pobreza. Queremos mostrar ainda o contributo das comunidades para a erradicação deste mal no país".

Willy Piassa disse que o Governo tem feito um grande esforço para erradicar a pobreza, em parceria com outras instituições, com destaque para as organizações não governamentais e a comunidade internacional, através de acordos bilaterais, mas acredita que ainda há muito por fazer.

"Achamos que ainda há muito por fazer em Angola, porque continuamos a registar situações em que 'AS indicadores da pobreza são visíveis, um deles é o saneamento básico. Existem melhorias, mas ainda há mui to para fazer".

O gestor da LUPP afirmou que, anteriormente, os indicadores diziam que alguém estava em extrema pobreza, quando vivesse com menos de um dólar por dia. Posteriormente, segundo alguns estudiosos, verificou-se que era impossível, pois, também quem tem menos de dois dólares vive em extrema pobreza.

Willy Piassa disse que; Angola é um país com um custo de vida alto, podemos até considerar um dos mais altos do mundo. Vivemos muitos anos de guerra, por isso, o poder de compra baixou. Logo é difícil dizer que alguém que vive com cinco ou dez dólares, está melhor do que quem vive com dois dólares noutro país".

LUPP pede mais atenção do Governo

Willy Piassa defende mais atenção do Governo no combate à pobreza. "O nosso maior objectivo é continuarmos a ter o Governo como parceiro, no sentido de estancarmos, pouco a pouco, as dificuldades que o país enfrenta em relação à pobreza. Agora que entramos na Terceira República, com outro optimismo, acreditamos que juntos podemos executar vários projectos, que visam a erradicação da pobreza em Angola".

O gestor da LUPP afirmou que, anteriormente, os indicadores diziam que alguém estava em extrema pobreza, quando vivesse com menos de um dólar por dia. Posteriormente, segundo alguns estudiosos, verificou-se que era impossível, pois, também quem tem menos de dois dólares vive em extrema pobreza.

Willy Piassa disse que; Angola é um país com um custo de vida alto, podemos até considerar um dos mais altos do mundo. Vivemos muitos anos de guerra, por isso, o poder de compra baixou. Logo é difícil dizer que

alguém que vive com cinco ou dez dólares, está melhor do que quem vive com dois dólares noutro país".

LUPP pede mais atenção do Governo

Willy Piassa defende mais atenção do Governo no combate à pobreza. "O nosso maior objectivo é continuarmos a ter o Governo como parceiro, no sentido de estancarmos, pouco a pouco, as dificuldades que o país enfrenta em relação à pobreza. Agora que entramos na Terceira República, com outro optimismo, acreditamos que juntos podemos executar vários projectos, que visam a erradicação da pobreza em Angola".

O gestor da LUPP acrescentou que para além dos grandes projectos que estão a ser executados no país, no âmbito da Reconstrução Nacional, "esperamos que o novo programa do Governo, para os próximos quatro anos, inclua projectos que visam a erradicação da pobreza no país".

O que é a LUPP

A LUPP existe desde 1999 e é uma associação financiada por instituições internacionais. O seu grande objectivo, numa primeira fase, foi a execução de projectos que visassem a redução da pobreza nas comunidades interurbanas na cidade de Luanda. Em 2006, passou a ter o Governo como parceiro directo, para garantir as estratégias nacionais de combate à pobreza. Nesta base foram construídos chafarizes, escolas, postos de saúde, latrinas familiares e comunitárias. Criaram-se grupos de recolha de lixo e foi constituída uma rede para trabalhar em melhoramentos nos municípios.

Como surgiu a efeméride

Em consequência de um movimento constituído por organizações não governamentais, liderado pela Associação Aide à Toute Detresse /Quart Mond, foi lançado, em 1992, um abaixo-assinado com o objectivo de pedir às Nações Unidas a consagração do dia 17 de Outubro, como o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

Aquele movimento levou a Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas a proclamar, nesse mesmo ano, o dia 17 de Outubro como Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (Resolução 47/196, de 22 de Dezembro de 1992).

Desde 1993 que a data é reconhecida em vários países do mundo. Por iniciativa de algumas organizações não governamentais, tem-se comemorado o Dia Mundial para Erradicação da Pobreza.

Em Angola, o Programa de Luta contra a Pobreza Urbana (LUPP) está a liderar as comemorações do dia internacional, de forma a mobilizar os angolanos para um combate que está no Programa do Governo, mas é de todos.

1.7 Não é só com o salário que se deve garantir a distribuição da riqueza

A Capital 18/11/08

A Capital – Com base no vosso trabalho pode dizer-se que houve alguns progressos, na erradicação da pobreza em Angola?

WP – Apesar dos avanços que estamos a registar neste momento, tanto no crescimento macro-económico, como no grande investimento do Estado no sector social, achamos que os níveis da pobreza são ainda preocupantes. Vejo que Angola tem uma grande oportunidade de fazer diferente, daquilo que os outros países viveram em situações idênticas às nossas. Falando no saneamento básico, mesmo numa cidade urbanizada como Luanda, ainda há muita gente que não usa latrina.

Não porque não querem, mas por falta de meios para construí-las. Isto é devido à pobreza que as pessoas vivem. A falta de saneamento básico é uma manifestação de pobreza, tal como o acesso deficitário à educação. Não digo que nada esteja a ser feito, porém, continuamos a um nível muito baixo.

Se andarmos pelos bairros, encontraremos crianças, muitas delas sem idade escolar, sujeitas a uma vida difícil. As mães vão aos mercados ou à «zunga», e elas ficam na rua a brincar, muitas vezes, em charcos, não raras vezes controladas por outras crianças. O facto de elas não terem acesso à uma creche ou a um Programa Infantil Comunitário (PIE), também é uma forma de manifestação de pobreza.

E ao falarmos da pobreza, estamos referir-nos também às consequências sociais que dela advêm. Por exemplo, a delinquência que vivemos em algumas comunidades, é também derivada da pobreza. Há um novo fenómeno que é a prostituição. Portanto, a situação no nosso país, ainda é preocupante. Muitas pessoas usam inclusive o sexo como meio, para adquirir os tais bens e serviços de que precisam para a sua sobrevivência.

A Capital – Acredita que por detrás dos altos níveis de pobreza, estejam também factores como a má distribuição da riqueza nacional?

WP – Esses são os tais factores subjacentes. Ao olhar para nós vemos que estamos numa sociedade desigual, onde alguns possuem de forma excessiva e os outros, que fazem parte da mesma terra quase que não têm nada. Mas, independentemente disso, se olharmos para os próprios investimentos e programas do Governo dos últimos seis anos vamos encontrar um problema que são as políticas.

Quando falamos da distribuição da riqueza, são as políticas. Não é só com o salário que se deve garantir a distribuição. Comparativamente com os outros países, o angolano acaba por ter mais dinheiro no bolso, do

que muitos dos nossos vizinhos, até mesmo que alguns países da Ásia.

O grande problema que temos é a falta de oferta de bens e serviços e também a especulação que há. Às vezes, dá-se a entender que a mão reguladora não tem sido, suficientemente, dura para garantir, de facto, que o poder aquisitivo das famílias se faça sentir com aquilo que elas ganham.

1.8 «O governo deve criar política e dar oportunidade de participação»

A Capital 18/11/08

A Capital – Luta contra a pobreza urbana. Será que é nos centros urbanos, onde mais se concentra a pobreza no país? WP – Muitos perguntam o porquê do combate de luta contra a pobreza urbana. O conceito de muitos é que a pobreza é mais extrema nas zonas rurais que nas zonas urbanas. Não é verdade. As estatísticas mundiais dizem que até ao ano 2025 a maioria da população mundial estará a viver nos centros urbanos, numa percentagem de 99%. E esse crescimento começa a se acentuar nos países em desenvolvimento.

Para o nosso caso concreto, como é sabido, a concentração, de lacto, nas zonas urbanas e peri-urbanas, neste momento, é maior do que nas zonas rurais. Luanda é um caso. Se formos a Benguela, Lobito, Lubango e restantes capitais provinciais, veremos que há sim uma grande concentração de populações. Algumas foram para lá, em busca de locais seguros devido à guerra, outras foram para lá, já em tempo de paz, à procura de emprego e melhores condições de vida.

Agora, a grande diferença entre as zonas rurais e as urbanas é que nestas últimas, as pessoas vivem muito congestionadas. São zonas de difícil acesso devido à forma como constroem as suas casas, saneamento básico deficitário. Enfim, as pessoas acabam por viver como se estivessem isoladas. Outro problema é que as próprias autoridades governamentais acabam por ter dificuldades de penetrarem nesses sítios, por causa da maneira como as casas são construídas o carro de recolha de lixo não consegue chegar, portanto, o acesso é impossível. As pessoas acabam por viver num ciclo de pobreza, tornando-se esta, uma causa e uma consequência. Uma causa, porque se uma pessoa pobre fica doente, mesmo que consiga um emprego, não o manterá, pois o corpo está fraco. Quer dizer, a doença é causada pela pobreza, não tem meios para ir ao hospital fazer um tratamento adequado, e também pela mesma doença, não poderá manter o emprego.

Nisto, o VIH/Sida torna-se, também, uma causa e consequência da pobreza, porque o pai ou a mãe que deveriam assegurar o sustento dos filhos estão debilitados pela doença e a família toda entra no ciclo da pobreza. Por isso, se não formos cautelosos na

forma como lidamos com a pobreza, estaremos a contribuir para que ela se tome cíclica, no seio das famílias. O pai morre pobre, o filho continua pobre, os netos e trisnetos idem.

O combate à pobreza deve ser um lema, para cada um de nós, individualmente, ver como é que pode tomar parte dele. O Governo que é o grande «capitão» neste aspecto, deve criar políticas, dando oportunidade às pessoas de participarem. Não participar apenas com o voto, mas na tomada de decisões. Alguns fóruns foram criados à luz do decreto 2/07, como os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACs). Então, trabalhem como locais, onde se vão priorizar as necessidades locais, fazer com que as pessoas possam opinar, dizer quais são as preferências de desenvolvimento, para as suas áreas.

Por isso, é que temos uma grande luta nos centros urbanos. Garantir que o ordenamento dessas zonas seja efectivo e que se valorizem os Direitos Humanos. O programa de governo do MPLA diz que, nos próximos quatro anos, serão construído um milhão de casas. Seja, 500 mil nas zonas urbanas e peri-urbanas e outras 500 mil nas zonas rurais. O que vai acontecer é que, ao se construírem 100 casas numa aldeia, terá que se colocar lá alguns serviços, como água e energia. Logo, aquela aldeia que era rural, passa a ser uma vila.

Então, muitas dessas vilas transformar-se-ão em centros urbanos e, em Angola, nesta perspectiva, acho que o processo será um pouco mais acelerado. Entre 2015 e 2020 poderemos ter 90% da população a viver em zonas urbanas. Isso implicará a criação de condições, para que as pessoas que forem a residir lá, tenham alguma dignidade humana. Senão, a situação será catastrófica.

A Capital - Que repercussões para os camponeses?

WP - As consequências são óbvias. Mas, trata-se de um fenómeno não deliberado. Ninguém pode dizer que está a desenhar um programa e que será assim. É uma dinâmica do desenvolvimento humano mundial.

É um barco no qual, mesmo sem querer, a pessoa terá que embarcar camponês pode ser afectado, na medida em que é tradição de alguns povos, particularmente em Angola, as pessoas terem as suas lavras próximas de casa. Mas, se o encorajamento do Governo, que também é uma política das Nações Unidas, através da FAO, pretende a criação de uma agricultura mecanizada, para que os camponeses possam sair da agricultura rudimentar para uma mecanizada, não haverá problema. Seria uma situação conveniente. Que eles vivam nas zonas urbanas, onde há todos os serviços, sanitários, educacionais, os bancos.

1.9 Pretendemos que cada projecto seja verdadeiramente uma escola

A Capital 18/11/08

A Capital – Identificados que estão os problemas, o que de concreto a LUPP tem nos seus programas com vista à redução da pobreza?

WP – Defendemos o pensamento segundo o qual, ninguém conhece a sua situação, senão quem a vive na primeira pessoa.

Acreditamos que ninguém está em melhores condições de nos falar do nosso problema e nos propor uma solução, do que o próprio pobre. O que nós fazemos é construir sobre a capacidade das pessoas (pobres), aquilo que elas conseguem fazer. Não temos aquela perspectiva paternalista: dizer que temos a solução para o problema e dizer o que se deve fazer. Pelo contrário encorajamos as pessoas a irem buscar aquela força interior que, muitas vezes, a têm, mas não sabem, devido às privações que vivem. Por causa de sucessivos insucessos, algumas pessoas passaram a ter traumas Psicológicos, dos quais pensam que já não sairão jamais. Pensam que não é possível mudarem de vida, que foram destinadas a viver naquele estágio. Assim, nós encorajamos essas pessoas, através dos projectos que desenhamos com incidência em chafarizes, pontos de água, escolas, centros médicos, moagens comunitárias, projectos concretos, baseados nas necessidades prioritárias dessas comunidades.

Mas, cada um desses projectos é usado como meio e não como um fim. O grande objectivo é que os beneficiários se sintam investidos de poder, aprendam que afinal têm meios e força para mudar a sua situação. No programa de luta contra a pobreza entendemos que muitas vezes, os programas macro, aqueles que designamos de grandes programas, têm o défice de as pessoas não aprenderem com eles. Na maioria das vezes são projectos implementados por especialistas que os desenham no escritório. Vão para o terreno, realizam o projecto, e os favorecidos só assistem. São chamados só no fim para beneficiarem.

Resultados: acabam por não possuir qualquer conhecimento, pois não participaram, nem na concepção, nem na implementação ou monitoria. Logo, consideram-no um projecto do Governo ou da organização «Y». Não se apropriam, e daí não tomam conta do projecto, como devia ser. Por isso é que vemos muitos projectos bonitos desenhados pelo Governo, com boa intenção, que visam a redução da pobreza nas comunidades, outros implementados por outras ONG internacionais, contudo, acabam sem impacto. Alguns deles até, suscitam questões sobre como gastaram assim tanto dinheiro? O que é que aconteceu? É por causa deste detalhe mínimo. As pessoas não se apropriaram do projecto. Pretendemos que cada projecto implementado seja, verdadeiramente, uma escola.

1.10 A situação da pobreza em Angola ainda é preocupante

A Capital 18/11/08

A Capital – Qual seria o parâmetro, para que se defina um grupo de indivíduos ou um indivíduo como pobre? Willy Piassa (WP) – Bem. O conceito de pobreza é um pouco discutível. Não é fixo. Na nossa perspectiva, partimos do entendimento das várias formas de manifestação da pobreza, olhando para os indicadores. Por exemplo, até há pouco tempo, eram considerados indivíduos em situação extrema de pobreza, todos aqueles que viviam com menos de um dólar por dia. Mas, alguns estudiosos acharam melhor considerar pobre, aquele que vivia com 1.25 dólar por dia.

Com a flutuação da moeda, a desvalorização, bem como a alta de preços no mercado internacional, achou-se que, estão em situação de pobreza extrema todos aqueles que vivam com menos de dois dólares diários. Mesmo assim, eu ainda acho, se tivermos como parâmetro a nossa realidade angolana, onde temos indivíduos e famílias a viverem com mais ou menos cinco dólares por dia, e mesmo assim continuam em situação de pobreza extrema, que há variações nas classificações. Estamos a falar, por exemplo, do custo de vida, do preço da cesta básica.

A Capital – Está aí o dia mundial da erradicação da pobreza, que se assinala, a cada ano, ao 17 de Outubro. Como a LUPP quantifica, em termos estatísticos, a pobreza em Angola?

WP – Há boas oportunidades, com uma luz no fundo do túnel. Por um lado, queremos enaltecer os planos em carteira e o que está a ser feito, tanto pelo Governo quanto pelos parceiros. Mas, a situação ainda é difícil, a julgar pelo número elevado de crianças fora do sistema de ensino.

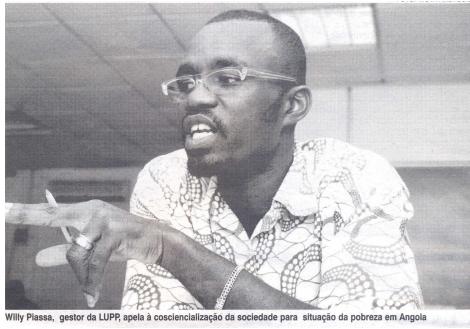
No caso concreto de Luanda, por exemplo, ainda continuamos a ter cerca de 60% de pessoas sem acesso a água potável corrente. Portanto, vivem a base do abastecimento feito por cisternas. Continuamos a ter um alto índice de famílias que vivem à base do sector informal. E a existência deste sector em larga escala, também é um factor de pobreza. Não diríamos que se deve aniquilar o sector informal, mas quando generalizado, é um indicador de pobreza.

Porque quando temos jovens com muita força a andarem pelas ruas a vender, em vez de exercerem uma actividade

de produtiva, estamos perante uma manifestação de pobreza. O que queremos nesta semana de pobreza, mais concretamente no dia 17 de Outubro é consciencializar a sociedade, para nos solidarizarmos com aqueles que, de facto, lutam todos os dias pela sua sobrevivência.

A pobreza extrema tem uma particularidade. Podemos dizer que também somos pobres. Mas, na pobreza extrema, as pessoas acordam e não têm certeza de que

voltarão a dormir, ou elas dormem e não sabem se amanhã vão acordar, porque a cada dia, para ter pão sobre a mesa, é uma verdadeira luta e as pessoas nem sempre conseguem. Pretendemos, então, chamar a sociedade a entender que a pobreza também é uma violação dos Direitos Humanos. E não é uma tarefa exclusiva do Governo. Todos nós, juntos, podemos combater e reduzir a pobreza.



Willy Fiassa, gestor da LUPP, apela à consciencialização da sociedade para a situação da pobreza em Angola

1.11 Mulher Rural aposta na erradicação da pobreza e violência doméstica

Jornal de Angola
21/11/08

O combate à pobreza, ao analfabetismo e à violência doméstica são passos de terminantes que vão permitir à mulher rural erradicar estes males sociais, segundo a perspectiva da directora provincial da Família e Promoção da Mulher no Huambo, Maria do Rosário Amadeu.

Maria Amadeu avalia a situação económica e social da mulher rural como sendo razoável e com tendência a melhorar, graças ao ambiente de paz que se vive, tanto no meio urbano como rural.

Neste particular, a directora da Família e Promoção da Mulher lançou um apelo às mulheres, no sentido de empreenderem mais esforços, com vista à melhoria da produção agrícola.

A líder das mulheres no Huambo reconhece, entretanto, que grande parte das mulheres que habitam o meio rural pratica agricultura de subsistência, faltando-lhes meios para melhorar o seu desempenho no trabalho.

Na mesma esteira, referiu, elas debatem-se com dificuldades no acesso às aulas de alfabetização e deparam-se com limitações na assistência médica e medicamentosa, já que a rede sanitária ainda não cobre toda a área rural. "Há ainda muita coisa por fazer. A luta é grande para se ultrapassarem estas barreiras", afirmou Maria do Rosário Amadeu.

A responsável apontou, também, a limitação nas

informações sobre a erradicação da violência doméstica. "Muitos pensam que a violência faz parte da educação que receberam, e, também, muitas mulheres pensam que não se devem queixar quando são violentadas.

Ainda assim, Maria do Rosário Amadeu apelou às autoridades tradicionais para participarem na luta contra a violência doméstica, com vista a se criar um ambiente harmonioso no seio das famílias.

"Neste meio, o poder tradicional é muito forte e a mulher está limitada de muita coisa. Quando uma mulher é violentada e queixa-se ao soba, este acha que é normal, e, muitas vezes, a razão recai ao marido.

No seu entendimento, tem sido prática não resolver a questão no sentido educativo.

Maria do Rosário Amadeu admite que muitos hábitos e costumes são positivos, mas há outros que devem ser erradicados, como por exemplo ter filhos todos os anos. "Falar de planeamento familiar aqui é como se fosse um pecado. É um hábito negativo. A mulher deve ter acesso aos cuidados médicos, para saber quais são as consequências de se engravidar sequencialmente", rematou.

1.12 Números do problema

A Capital

25/11/08

No primeiro semestre deste ano foram registados 968 casos de pacientes com mal-nutrição grave, que provocaram a morte de 293. A taxa de letalidade da doença esteve acima dos 30 por cento, no mesmo período.

«Não se justifica. Nós já não temos guerra. É um problema de saúde pública, que se resolve com a educação da população», referiu.

O facto de em alguns casos, as mães, pela condição de vida, serem obrigadas a abandonarem muito cedo os seus bebés, deixando-os sob cuidado de crianças, segundo a médica, é um factor dos factores causadores da maleita.

«As mães têm que suportar os agregados familiares, têm que sair cedo de casa e deixar as crianças aos cuidados de outras crianças; a alimentação destas menores não é bem cuidada», refere, apontando o desmame precoce como outra causa.

«Acontece, muitas vezes, que as mães ficam grávidas, têm um bebé de seis meses e engravidam de outro. Deixam de amamentar o bebé que passa a ser alimentado. A introdução precoce de alimentos não é saudável. As mães, dificilmente, aceitam o conselho de que o bebé, até aos seis meses, só deve mamar. Não acreditam ainda nisso e muito cedo dão papa, chá», reconhece.

Dados fornecidos pelo departamento de estatística do

hospital referem que, no primeiro semestre deste ano, registaram-se três mil 246 casos de anemia grave, mil 692 casos de malária, dois mil 650 casos de doenças respiratórias agudas e 968 casos de má-nutrição grave.

A par disso foram ainda atendidos 778 pacientes, com doenças diarreias agudas, 443, com tuberculose, 251 com meningite, 192 pacientes com drepanocitose, 197 com celulite, 146 com cardiopltias, J 41 tétano acidental, 109 prematuridade, 56 casos de intoxicações, e 47 casos de tétano neonatal.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 «Zunga» em chinês

A Capital 18/11/2008

Encontramos-lhes no São Paulo, Golfe, Samba e Bairro Popular. Muitos deles não quiseram falar à nossa reportagem, mas durante a ronda que efectuamos, verificamos que os novos zungueiros vendem, geralmente sapatos, chapéus, cortinas, lenços diversos, entre outras coisas.

Uma particularidade que distingue os zungueiros chineses dos nacionais é que eles não precisam sequer de apreçoar seus artigos. A sua natureza, enquanto estrangeiros amarelos, joga um papel preponderante.

Yiang Chung é chinês de nacionalidade. Vende no Bairro Golfe, justamente onde o encontramos. Num português pouco perceptível, alegou que começou a vender há pouco tempo, e fá-lo na rua, segundo explicou, para despachar rapidamente os produtos que retira de uma loja, sua propriedade.

«Tenho uma loja no São Paulo, onde tenho vários produtos, como os que estou a vender aqui», frisou. Conta que veio para Angola em 2006, através de um amigo que já trabalha em Luanda há muitos anos; amigo que o emprestou algum dinheiro para iniciar o seu negócio, que, entretanto, deveria devolver em tempo recorde. Com o passar do tempo, o pequeno negócio de Yang Chung começou a produzir lucros que lhe permitiram liquidar a dívida contraída.

Doravante, tinha a estrada aberta para, sozinho, levar avante o negócio, cuja mercadoria vem da sua terra natal, enviada pelo seu irmão. «O meu irmão manda a mercadoria e eu vendo aqui», explica.

Algo muito frequente é que os «zungueiros» chineses andam sempre aos pares ou mais, e nunca um, provavelmente, por uma questão de segurança num universo de vendedores ambulantes, onde eles são uma minoria explícita. ~.

2.2 Um pouco de ciúmes

A Capital 18/11/2008

Segundo alguns ambulantes nacionais, a primeira vez que viram chineses a circular, pareceu-lhes estranho. A

maioria dos chineses na venda ambulante não aceita abordar ou ser abordado sobre outro assunto, que não sejam os produtos que transportam. Por detrás dessa postura, está alguma desconfiança.

Enciumados, os «zungueiros» de cá de «casa» pediram a atenção das autoridades, por, alegadamente, os estrangeiros estarem a dominar o seu espaço de acção. O ciúme, pelo que nos foi dado a perceber, nasce do facto de aos chineses nunca se pôr impedimento, enquanto que nós os «ambulantes nacionais somos impedidos». Outro motivo para a troca de mimos entre «zungueiros», chineses e nacionais, é o facto de os primeiros venderem muito mais baratos os seus produtos que os angolanos, e fazem-no com o afã de acelerar a comercialização da mercadoria que recebem do seu país de origem.

Por exemplo, um «zungueiros» chineses cobra 800 kwanzas pelo mesmo par de sapatos que na loja vende a 1000 kwanzas, acontecendo o mesmo com alguns chapéus que na rua custam 200 kwanzas contra 300 kwanzas na loja. Já as cortinas ficam por 1000 kwanzas no estabelecimento comercial, para na rua serem compradas à 800 kwanzas. ~

2.3 Maciel Neto “Makavulu”

Agora 18/11/2008

A operação que está a ser levada a cabo pela Administração do Rangel, com vista a proceder ao encerramento de estabelecimentos comerciais ilegais no município é, certamente, uma amostra da visão de Maciel Neto "Makavulu", para combater este mal. Durante a operação, os fiscais passaram em 48 lojas, das quais só 18 estão legais. Até aqui, podemos mesmo considerar que o facto é de louvar. Mas, é preciso ressaltar que os mecanismos que Makavulu está a utilizar para acabar com os focos de lixo e desordem que se verifica nos mercados das Pedrinhas dos Congolenses não são os mais apropriados. Atendendo ao facto de que as vendedoras ambulantes ocupam aquele espaço porque não há um outro disponível, e como já várias vezes noticiámos o mercado dos Congolenses não tem espaço para albergar todas elas, pelo que, em vez de a Administração usar as autoridades policiais para expulsá-las, o que muitas das vezes termina com a desapropriação do negócio, devia primeiro indicar um local onde elas passem a comercializar os seus produtos respeitando o ambiente.

2.4 Muitos formandos vêm do Roque

Jornal de Angola 20/11/2008

O Mercado Roque Santeiro é um mercado onde se encontra todo tipo de serviço dos ofícios ministrados

no centro de formação. Ladrilheiros, serralheiros, electricistas, técnicos de informática, dentre outros. Um mercado fértil em clientes que nos próximos meses já não precisarão lidar com meros curiosos.

Rafael José Lemos é serralheiro há cinco anos. A falta de emprego, segundo o nosso interlocutor, obrigou-lhe a instalar-se no mercado e desenvolver actividade acima citada. Inscrito na área de serralharia quer aperfeiçoar a técnica e criar uma empresa. No Roque, o jovem, fabrica janelas, portas, gradeamentos e fogareiros. Seus clientes, como explica, nem todos são do Sambizanga. "EM neste momento produzo para pessoas que vivem na Ilha, São Paulo, Ingombota e Cazenga", disse.

Rafael explica que boa parte das pessoas procuram pelos seus serviços por causa dos preços que tem praticado. "Em relação a outros sítios nós ainda praticamos preços mais acessíveis", concluiu.

2.5 Cabines privadas prejudicam operadoras de telefonia móvel

Jornal de Angola 23/11/2008

O chamado "negócio do minuto", ou seja, cabines telefónicas privadas espalhadas pelos bairros da periferia de Cabinda, actividade ilícita, ganha corpo na província.

Praticado por pessoas oriundas da RDC, este negócio consiste em conceder chamadas telefónicas a interessados, com recurso a aparelhos expostos nas cabines, está a vulgarizar-se, devido às facilidades que encontra.

Ele permite a obtenção de lucros em curto espaço de tempo, em virtude dos seus promotores trabalharem à revelia das normas legais, na perspectiva de se furtarem às contribuições fiscais.

Os preços praticados variam em função da operadora: quando o utilizador pretende telefonar para a Unitel, paga por minuto cem kwanzas, ao passo que para a rede Movitel desembolsa por cada minuto cinquenta kwanzas.

Atendendo à extensão do sinal de telecomunicações das duas operadoras da República Democrática do Congo, a Vodacom e a Celtel, até ao território de Cabinda, os "vendedores do minuto" utilizam os serviços destas empresas, proporcionando chamadas telefónicas internacionais com fins lucrativos para as pessoas interessadas, já que os preços praticados pelas duas operadoras congolenses são mais baixos que os da Movitel e Unitel.

Um cartão de recarga de 125 utt's da Unitel ou Movitel, vendido por novecentos kwanzas (aproximadamente onze dólares), quando utilizado na sua totalidade em chamadas internacionais, permite uma chamada de até dez minutos. Já o cartão da Vodacom ou da Celtel, no

valor de cinco dólares, dá para falar cerca de uma hora.

Os mercados de São Pedro, Cabassango e das imediações do morro de Tchizo são os locais de eleição dos "vendedores de minutos"; Unidos de telefones com cartão de memória (chip) da Vodacom ou da Celtel fazem nestes mercados a sua actividade ilícita.

Para as chamadas telefónicas internacionais, a oferta é apetecível. O sinal é de mais fácil captação pelas operadoras congolenses.

A proximidade geográfica entre Cabinda e a região do Baixo Congo, da RDC, constitui um dos factores que influenciam a chegada fácil a Cabinda do sinal da Vodacom e Celtel, disse o director provincial de Cabinda dos Transportes, Correios e Telecomunicações, Otiniel Niemba da Silva.

Falando a propósito deste negócio que alguns cidadãos da RDC estão a fazer, com maior destaque no mercado de São Pedro, 12 quilómetros a Sul da cidade capital da província, que consiste em utilizar em regime comercial os serviços da Vodacom como da Celtel a partir do território nacional, Otiniel da Silva deplorou tal comportamento, dizendo que as autoridades competentes têm estado a desencorajar esta prática, procurando evitar que ela se generalize e venha a prejudicar a actividade das operadoras nacionais.

Para o director provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações, "não é tão grave quanto se queira fazer entender" o facto do sinal das duas operadoras da RDC invadirem o território angolano, porquanto "o sinal das nossas operadoras, nomeadamente da Movitel e da Unitel, também chega a alguns países vizinhos de Angola, daí não constituir problema".

O grande problema, segundo Otiniel da Silva, "reside no facto de certos cidadãos, maioritariamente da RDC, utilizarem estes serviços dentro do território nacional com fins comerciais, o que torna esta atitude, como disse, a todos os níveis, condenável, por causar enormes prejuízos para os cofres do Estado, como também dificulta os próprios serviços que o país propicia aos seus cidadãos, concedidos por via da Movitel e da Unitel, uma vez que estas empresas precisam igualmente deste público que utiliza tais serviços".

De acordo com o director provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações, apesar dos sinais da operadora Movitel e Unitel também atingirem alguns países vizinhos de Angola, situação que na óptica daquele responsável "é impossível impedir, do ponto de vista técnico", não se pode aceitar que "candongueiros de redes de comunicações" estejam a desviar receitas do circuito económico de Angola.

"Eles conseguem receitas através destas pequenas actividades ilícitas que fazem, sem no entanto pagarem impostos", disse Otiniel Niemba da Silva, acrescentado que as autoridades competentes estão orientadas para

agirem em conformidade com a lei, caso os infractores continuem a praticar tais actos.

Otiniei Niemba da Silva não quantificou os prejuízos em termos financeiros que estes negociantes terão causado à economia nacional, mas foi peremptório em afirmar serem enormes, porquanto o volume de receitas que o Estado arrecada através da contribuição fiscal decorrente de serviços prestados à população pelas empresas licenciadas do ramo não é o real, devido à fuga ao fisco.

Governo quer acabar com este problema
Na visão do Director Provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações, Otiniel Niemba da Silva, o Governo, preocupado com este problema, acha que para se contornar a situação é imprescindível a implementação de um conjunto de projectos ao nível do sector das telecomunicações, com vista não só a melhorar a qualidade dos serviços a prestar à população, como também imprimir maior competitividade, no sentido de equilibrar os preços considerados por aquele responsável como sendo "onerosos".

Segundo esclareceu, uma das saídas encontradas foi estender o sinal da telefonia móvel, sobretudo da operadora Movitel, a todas as sedes municipais, para que a população faça uso das comunicações nas respectivas áreas de residência, sem ter de deslocar-se para o município sede (Cabinda), tal como acontecia anteriormente.
Mas, "a população alega que recorre àqueles serviços em virtude dos baixos preços que a Vodacom e Celtel praticam", sublinhou o responsável.

Lançamento do cabo de fibra óptica
Apar deste programa, o director provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações disse que um dos grandes investimentos que o Governo está a fazer no sector da comunicações e que certamente será um grande "boom" é o lançamento do cabo de fibra óptica em toda a extensão da província.

Este projecto de subordinação central, segundo Otiniel Niemba da Silva, já está na sua fase de execução. Neste momento decorrem os trabalhos de escavações em algumas artérias da cidade de Cabinda visando este fim.

Conforme esclareceu o também engenheiro em mecânica hidráulica, o projecto visa, acima de tudo, melhorar a qualidade do sinal, por um lado, e por outro, pôr fim aos cortes súbitos ou mesmo interferências nas linhas telefónicas.

"Por via destes projectos todos, a população sairá a ganhar, já que depois de concluídos e associados à concorrência, os preços serão mais baixos, igualando com os que são aplicados por outras operadoras da região", disse Otiniel da Silva, que reconheceu serem extremamente baratos os serviços das duas empresas de telefonia celular do Congo Democrático.

2.6 A maior parte das zungueiras são mães solteiras

Novo Jornal 24/11/2008

O sociólogo Aniceto Cunha avançou ao Novo Jornal que está a ser feito um estudo sobre as mães solteiras, onde se constata que a maioria são mulheres zungueiras. "No estudo, descobrimos que a maior parte das zungueiras são mães solteiras e é um facto que causou admiração, tendo em conta a sua rotina diária. Elas fazem um trabalho muito esforçado e muitas das vezes com bebés às costas. Quando procuramos saber onde está o pai, a resposta vem à "queima roupa": "Sou solteira".

De acordo com o sociólogo, o fenómeno "mãe solteira", em alguns casos, pode prejudicar a sociedade. "Uma família é constituída por pai, mãe e filhos, quando um não está as coisas complicam-se, porque os filhos precisam dos dois".

Aniceto Cunha considera que a realidade angolana é triste, porque o pai nem sempre está presente. São vários os motivos que levam os pais a ficarem longe dos filhos, mas os mais frequentes são a existência de outra família e o trabalho.

A ausência do pai tem sido, segundo o sociólogo, porta de entrada para muitos comportamentos desviantes, resultante de uma educação deficiente, o que pode acarretar problemas e perigos para a sociedade". Questionado sobre a existência de casos em que é a mãe que abandona os filhos, o especialista frisou que "são raros".

"Pode haver um caso ou outro de mães que abandonam os filhos, mas normalmente os filhos ficam com a mãe, excepto em casos que chegam ao tribunal e em que a justiça é que decide com quem ficam os filhos. Normalmente, a tutela é dada àquele que tiver melhores condições, quer em termos materiais, quer morais".

Na definição de mãe solteira cabem, segundo Aniceto Cunha, todas as mulheres com um ou mais filhos que não têm parceiro, independentemente do seu estado civil.

O sociólogo deixou um conselho à sociedade: "É preciso ter responsabilidade com os compromissos, principalmente com o sexo oposto, saber o que se quer, porque é nestas ocasiões que aparecem as gravidezes indesejadas ou se corre o risco de contrair a doença do século, o Sida".

2.7 Preço do dia: 93 kwanzas

Novo Jornal 24/11/2008

Os caminhos de terra batida que se desviam da estrada principal do Rocha Pinto e desembocam na casa de

Paulina Makengo provam que nem tudo o que parece é. À semelhança dos muitos kimbos (aldeias) espalhados pelo país, estas ruelas da periferia, abertas na encosta que multidões em fuga tomaram de assalto durante a guerra civil, são limpas, silenciosas, respeitadoras. Terra castanha-avermelhada em contraste absoluto com o negro do asfalto - sujo, confuso, barulhento, agressivo - que liga Luanda ao seu sul, e é assumido como sinal de progresso. Urbano e rural num contraste que prova (se ainda houvesse dúvidas) que a pobreza também pode ser digna.

É nesta quase reconstituição de uma aldeia numa das mais movimentadas zonas da capital que Paulina Makengo mora. Lá para dentro do Rocha Pinto, numa pequena casa de bloco com um grande quintal aberto, convive com o marido, os nove filhos e mais "dois da família". São doze, no total. Chegou aqui em 1984, vinda do Uíje. "O meu marido já cá estava desde 1979. Começámos a construir pouco a pouco esta casa, que ficou pronta, como está, em 1988. Falta-nos rebocar, mas ainda não temos possibilidades de o fazer", diz, com um constante sorriso envergonhado.

No meio do quintal de terra batida, uma enorme árvore mistura o seu odor natural com um fumo doce e quase invisível. No chão, junto a um anexo do lado direito da habitação, um tabuleiro metálico preto fumeja lentamente. Paulina Makengo tira o cobertor que o tapa e mexe a jinguba que aí é torrada. É daqui que sai o sustento desta família: "Sou a única pessoa da família que trabalha. Os meus filhos estão a estudar e o meu marido está doente com um osso da coluna fora do sítio. Vendo moamba de jinguba no mercado do parque, no Rocha Pinto. O lucro é muito pouco. Muitas vezes faltam jinguba verde, e tenho que comprar a moamba ao quilo, por 200 Kz. Vendo-a depois por 250. Mas o que ganho nem é bem 50 Kz, porque tenho que pagar 15 por quilo aos rapazes que a torram e moem".

Contas feitas, descobre-se uma família que, no limiar da pobreza, consegue "andar para a frente", ainda que tenha que fazer "muitos apertos", seguindo um sistema de gestão familiar que Paulina instaurou. O orçamento diário é, no máximo, 15 dólares, o que corresponde a 1,25 dólares para cada um dos 12 habitantes da casa, todos dependentes de Paulina. Este valor, correspondente sensivelmente a 93 Kz, coloca esta família bem abaixo dos dois dólares diários por pessoa que as instituições internacionais definiram como valor-referência para medir a pobreza no mundo. Ainda assim, a "ginástica" que a líder desta família faz, permite-lhe comprar comida, pagar o estudo dos filhos e garantir os transportes "cada vez mais caros".

Esta gestão rigorosa dos dinheiros familiares tem também um outro objectivo: amealhar, todos os meses, cerca de 30 mil Kz. Com este dinheiro, Paulina reinveste no negócio da moamba de jinguba e previne-se para os anos em que a produção é fraca. Com este "fundo de maneio" garante ainda o envio mensal de

150 dólares para um dos seus filhos, que "está a estudar de noite no Lubango".

"Estamos a lutar mesmo assim" "A pessoa tem que mudar de sítio e de vida sempre que tiver que ser." Com estas palavras Paulina Makengo fica em silêncio. Troca alguns olhares cúmplices com as amigas que assistem à conversa na pequena varanda da frente da casa. As gatinhas que a família cria dão um cacarejar da sua graça. O pequeno rádio que o marido de Paulina escuta, sentado num pequeno rebordo de cimento que acompanha a parede da casa que delimita o quintal, debita o desporto da manhã da "Rádio 5". A manhã está cinzenta, ameaça serenar.

Paulina regressa às palavras: "O tempo em que Luanda era fácil já acabou. A vida está muito cara". A solução é "lutar, porque se não fizer força você não vai conseguir". E lança a fórmula: "Quando cai um pouco de dinheiro compro um pouquinho de fuba e arroz que armazeno para nunca deixar faltar. Depois, quase todos os dias compro um bocadinho de carne ou peixe, porque não dá para pôr na arca, porque a energia falta". A "maka da luz" desperta, aliás, alguns sorrisos: "Energia meteram só agora, antes do voto. Mas está a falhar. Vem por esta hora [cerca das nove horas], vai às 18, depois vem à meia-noite, e estamos assim". Já em relação à água, não resta outra solução senão "acartar" para guardar no depósito que já construiu. Para lidar com os custos do dia-a-dia, "alguns muito difíceis", não lhe resta mais do que arranjar alternativas. Com a "doença" do marido, por exemplo, experimentou as limitações do sistema de saúde angolano, o único a que pode aceder. "Lutámos bué para tentar curar". O sistema público não deu resposta, era preciso ir para o estrangeiro. O marido acabou por "apanhar um medicamento tradicional e está a melhorar". Os medicamentos convencionais, sempre que necessário, Paulina procura-os no "mercado dos kwanzas".

Roupa, só "muito de vez em quando, não pode ser todos os dias", diz, com uma gargalhada. Apesar de tudo, considera-se uma mulher "feliz" e com um grande sentido prático, quando analisa a vida dos muito ricos que, em Luanda, convivem com a pobreza extrema. Paulina reconhece que "aqui tem gente que tem mesmo muito dinheiro", mas que isso é uma questão de "terem desde sempre um fundo" que lhes permitiu na vida. Sem queixas nem lamentações.

Que na varanda da frente da casa. As gatinhas que a família cria dão um cacarejar da sua graça. O pequeno rádio que o marido de Paulina escuta, sentado num pequeno rebordo de cimento que acompanha a parede da casa que delimita o quintal, debita o desporto da manhã da "Rádio 5". A manhã está cinzenta, ameaça serenar.

Paulina regressa às palavras: "O tempo em que Luanda era fácil já acabou. A vida está muito cara". A solução é "lutar, porque se não fizer força você não vai conseguir". E lança a fórmula: "Quando cai um pouco

de dinheiro compro um pouquinho de fuba e arroz que armazeno para nunca deixar faltar. Depois, quase todos os dias compro um bocadinho de carne ou peixe, porque não dá para pôr na arca, porque a energia falta". A "maka da luz" desperta, aliás, alguns sorrisos: "Energia meteram só agora, antes do voto. Mas está a falhar. Vem por esta hora [cerca das nove horas], vai às 18, depois vem à meia-noite, e estamos assim". Já em relação à água, não resta outra solução senão "acartar" para guardar no depósito que já construiu. Para lidar com os custos do dia-a-dia, "alguns muito difíceis", não lhe resta mais do que arranjar alternativas. Com a "doença" do marido, por exemplo, experimentou as limitações do sistema de saúde angolano, o único a que pode aceder. "Lutámos bué para tentar curar". O sistema público não deu resposta, era preciso ir para o estrangeiro. O marido acabou por "apanhar um medicamento tradicional e está a melhorar". Os medicamentos convencionais, sempre que necessário, Paulina procura-os no "mercado dos kwanzas".

Roupa, só "muito de vez em quando, não pode ser todos os dias", diz, com uma gargalhada. Apesar de tudo, considera-se uma mulher "feliz" e com um grande sentido prático, quando analisa a vida dos muito ricos que, em Luanda, convivem com a pobreza extrema. Paulina reconhece que "aqui tem gente que tem mesmo muito dinheiro", mas que isso é uma questão de "terem desde sempre um fundo" que lhes permitiu na vida. Sem queixas nem lamentações.

2.8 Camponesas contempladas com micro créditos em Cabinda

Jornal de Angola 18/11/2008

Vinte e seis famílias camponesas da comuna de Ntendequele, município de Cabinda, foram contempladas com micro crédito, no valor de 150 dólares norte-americanos cada, entregues pela direcção provincial da Família e promoção da Mulher, no âmbito do Dia Internacional da Mulher Rural.

Na ocasião, o vice-governador para Área Empresarial, Macário Lembe, enalteceu o papel da mulher rural na luta pelo seu auto sustento.

Considerou a entrega de micro crédito às mulheres rurais um incentivo a elas, pois vai dar outra dinâmica no exercício das suas actividades no campo.

Além dos 150 dólares, cada uma das 26 famílias recebeu meio hectare de terra para aumentar a produção agrícola.

Estiveram presentes no acto, a directora provincial da Família e Promoção da Mulher, Helena Samba Júnior, bem como representantes de associações femininas na província.

2.9 Banco Sol concede micro-creditos avaliados em 67 milhões de kwanzas

Jornal de Angola 18/11/2008

O Banco Sol disponibilizou ontem, em nove províncias do país, um montante de 67.909.210 Kwanzas, no âmbito do seu programa de micro crédito, iniciado em 2001.

De acordo com Varínia Sobral, administradora do Banco Sol, a concessão dos micros créditos esteve inserida no programa de comemoração do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, assinalado ontem no país.

Sem avançar o número total de beneficiários nas 10 províncias, Varínia Sobral assegurou que as famílias beneficiadas localizam-se nas províncias de Luanda, Bengo, Huíla, Huambo, Bié, Zaire, Malanje, Cabinda e Benguela.

Em relação à província de Luanda, a administradora do Banco Sol afirmou que vão beneficiar do projecto 156 grupos de famílias organizadas num número de cinco - membros, disponibilizando um montante global de 31 milhões e 200 mil Kwanzas.

Cada grupo, segundo Varínia Sobral, deve receber a quantia de 192 mil Kwanzas, cujo valor reembolsado foi aprazado para 12 meses. Os municípios do Cazenga, Viana, Cacucaco, Maianga e a comuna da Ilha do Cabo são as beneficiadas pela operação.

Varínia Sobral avisou que, caso haja um bom investimento destes montantes os beneficiados têm a oportunidade de receber outros créditos de forma contínua de valores superiores, desde que liquidem o crédito que receberam.

O micro crédito é dirigido às pessoas mais carentes, que pretendem criar o seu próprio emprego ou pequeno negócio, pessoas desempregadas ou desocupadas que não encontram respostas no mercado de trabalho.

A directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, do Ministério da Família e Promoção da Mulher, Emília Fernandes, afirmou que o micro crédito, fundamentalmente concedido às mulheres, tem se revelado um importante meio de redução da pobreza.

Segundo Emília Fernandes, os beneficiários melhoram os seus negócios e os seus rendimentos aumentam, e essa melhoria se reflecte no bem-estar das populações e na sua qualidade de vida.

Falando em nome da ministra da Família e Promoção da Mulher, Emília Fernandes anunciou que, nos próximos dias 5 e 6 de Novembro, o seu pelouro

organiza, na cidade de Benguela, o segundo Fórum sobre Micro-Finanças.

O certame visa avaliar a evolução das intervenções realizadas pelos seus parceiros, nomeadamente o Banco Nacional, os bancos comerciais, o sector privado e as agências das Nações Unidas, no que se refere ao micro crédito.

Desde 2001, o Banco Sol deu de empréstimo 50 milhões de dólares ao Programa Micro-Crédito, tendo beneficiado mais de 50 mil pessoas em todo país.

2.10 Associações de camponeses recebem crédito bancário

Jornal de Angola 20/11/2008

Quarenta e sete mil dólares norte-americanos são o montante concedido pela agência do Banco Sol, na província de Malange, aos camponeses associados em sete núcleos e cinco cooperativas nos municípios de Kiwaba-Nzaji, Kunda-diá-Base e Kahombo, respectivamente.

A entrega do dinheiro aconteceu, no fim-de-semana, na localidade de Kiwaba-Nzaji, em acto orientado pela gerente da referida instituição bancária na região, Domingas dos Santos Pedro, por ocasião do Dia internacional da Erradicação da Pobreza, assinalado a 17 de Outubro último.

O responsável da associação Cacola, do município de Kiwaba-Nzaji, César Armando agradeceu a iniciativa do Banco Sol, tendo referido que os valores atribuídos vão melhorar a prestação das cooperativas.

Noutro desenvolvimento, o secretário da Unaca, Inácio Manuel, pediu aos camponeses no sentido de colaborarem com os responsáveis de várias instituições dos referidos municípios ligadas à agricultura, para que possam beneficiar de experiências no que toca os mecanismos da gestão dos valores, mormente na compra de sementes e materiais de construção.

Explicou que os valores recebidos serão amortizados num tempo estipulado de seis meses, para permitir que os camponeses possam desenvolver as suas actividades agrícolas, na perspectiva de amortizar o empréstimo.

A gerente do Banco Sol, Domingas da Graça dos Santos Pedro, informou que a concessão do micro-crédito aos camponeses das referidas associações e cooperativas, vai aumentar os níveis de produção, de formas a garantir a auto-sustentação alimentar no campo e nos grandes centros urbanos no país.

Deu a conhecer, também, que a atribuição dos valores em causa é uma mais valia para o combate à fome e à pobreza, tendo adiantado, na ocasião, que a instituição bancária está engajada no processo de concessão de micro-crédito, não só aos camponeses, como também

aos professores e enfermeiros, assim como aos pequenos empresários para melhorar a vida dos mesmos.

2.11 Kwanza-Sul procura pôr em dia programa de crédito "Angola Jovem"

Jornal de Angola 22/11/2008

A Direcção Provincial da Juventude e Desportos, no Kwanza-Sul, reuniu, no Sumbe, os representantes das organizações e de outras associações juvenis com carácter filantrópico, para passar em revista questões de índole organizativa e o grau de execução do programa "Angola Jovem".

O encontro foi orientado pelo director provincial da Juventude e Desportos no Kwanza-Sul, Manuel do Nascimento Rosa da Silva, tendo os participantes debruçando-se sobre o estado de legalização das associações e organizações juvenis e o grau de execução do programa "Angola Jovem", nas vertentes da juventude e desportiva.

Os participantes abordaram, igualmente, as perspectivas das associações e organizações juvenis para o quadriénio 2009/2012.

Manuel do Nascimento Rosa da Silva considera que os projectos ligados à juventude no Kwanza-Sul estão a um ritmo aceitável, mas apelou para o reforço do diálogo.

Os participantes ao encontro constataram a necessidade de concertação sobre os locais de implantação de infra-estruturas sociais da juventude, para corresponderem à ansiedade dos jovens.

Sobre a componente "Micro-Crédito", aquele responsável mostrou-se preocupado com o atraso que se verifica no desembolso dos valores ao Banco de Poupança e Crédito, no município de Porto-Amboim, retardando a abrangência para outros jovens que, também, aguardam ser contemplados. O director provincial da Juventude e Desportos fez saber que, até ao momento, a agência do Banco de Poupança e Crédito do Sumbe disponibilizou USD 100 mil dólares americanos, para atender os projectos dos jovens nos municípios do Sumbe, Amboim, Porto-Amboim.

O director provincial da Juventude e Desportos assinalou o avanço registado na construção de casas sociais para a juventude, cujas obras a cargo da empresa RMP Construções e Serviços vão responder às preocupações habitacionais dos jovens, tendo o empenheiro garantido que 20 ou 25 moradias serão entregues, brevemente, aos seus proprietários.

O responsável anunciou que, no quadro do projecto "Despontar", a província recebeu das estruturas centrais um conjunto de equipamentos para a

massificação desportiva, dentre os quais, equipamentos desportivos., tabuleiros de xadrez e cronómetros.

2.12 KPMG Angola lança estudo de pesquisa sobre banca angolana

Jornal de Angola 23/11/2008

A taxa de conversão de depósitos em créditos nos bancos comerciais angolanos, em 2007, foi de 75 por cento, superando os 43 por cento alcançados em 2006, segundo o estudo de pesquisa sobre o sector bancário angolano de autoria da KPMG Angola, a ser publicado no dia 29 deste mês.

O administrador da empresa de consultoria e auditoria KPMG Angola, Luís Folha dela, sublinha ser ainda uma taxa muito abaixo em relação a dos mercados mais desenvolvidos, mas para um país como Angola é um crescimento bastante elevado num período de um ano, pois a economia está a gerar oportunidade de crédito.

Ao socorrer-se do estudo, Luís F olhadela disse que o crédito à economia cresceu 85 por cento, enquanto a carteira de depósitos registou um crescimento na ordem de 43 por cento, um desempenho notável na actual conjuntura económica de Angola.

No período em análise, disse o interlocutor, pelo menos mil e 750 novos postos de trabalho, para técnicos licenciados e médios, foram criados, resultado da abertura de novas agências pelos bancos comerciais que operam no país.

Um dos factos que vem reflectido no estudo, segundo o administrador da KPMG Angola, é a diminuição da concentração bancária, troca de posições no ranking geral, fruto da entrada de novos operadores no mercado, tornando a "actividade mais competitiva e agressiva".

Outro aspecto analisado pelos especialistas responsáveis pelo estudo é o facto de alguns bancos angolanos, pela sua dimensão, virem a constar da lista dos mil maiores bancos do mundo.

No tocante à bancarização da economia, disse que a banca angolana ainda tem uma grande margem de crescimento, pois a taxa de penetração no sector está à volta dos 6,7 por cento e muitas empresas e pessoas singulares necessitam de serviços bancários.

A KPMG Angola, líder do mercado em serviços de auditoria e consultoria, foi a primeira instituição a promover um estudo sobre o sector financeiro angolano, pesquisa que foi publicada em 2005.

Em Angola desde 1996, a empresa KPMG conta com mais de 200 profissionais e faz parte de um consórcio com o BF A que está assessorar tecnicamente a Comissão de Mercado de Capitais para a criação da

Bolsa de Valores e Derivativos de Angola.

2.13 Micro-Crédito chega a Calumbo

Jornal de Angola 24/11/2008

Mais de seis milhões de Kwanzas estão a ser empregues em projecto de micro-crédito na comuna do Calumbo, no município de Viana, em Luanda, pelo Banco Sol para beneficiar projectos agrícola e comercial.

O instrumento financeiro chegou ontem à comuna do Calumbo, onde contemplou na primeira fase mais de 185 famílias com o valor de 128 mil Kwanzas por cada grupo de cinco beneficiários.

No local os munícipes não esconderam a sua satisfação pelo projecto conjunto do MAPESS e o Banco Sol, cujo objectivo é de promover o desenvolvimento dos pequenos empreendedores, e deste modo, elevar o nível de rendimentos dos cidadãos daquela localidade.

Segundo o supervisor de operações de micro-crédito do Banco Sol, José Carlos, os beneficiários têm um período de doze meses para fazerem o reembolso que será individual. "O pagamento vai ser feito mensalmente, num valor de três mil Kwanzas" frisou.

O responsável disse também que, para o sucesso contam com a participação de todos os beneficiários e com a própria administração local, que tem ajudado na localização do tipo de negócio feito pelas populações e como os mesmos devem gerir os próprios negócios.

Entre os beneficiários estão pescadores, agricultores, comerciantes, que se fizeram presentes no acto. O nível de satisfação era visível, tal é o caso da dona Luzia Lopes, beneficiária do crédito, que não escondeu a sua alegria, pois, com o valor recebido vai reforçar o seu negócio de bebidas que já faz dez anos.

À semelhança da dona Luzia, Francisca Lopes de 41 anos manifestou da mesma forma a sua alegria ante o gesto que, para ela, veio em tempo certo. "Sempre tive que fazer a gestão de valores poucos "avolumados", daí que afirma mesmo que o dinheiro recebido vai dar para aumentar o volume do seu negócio, comentou.

2.14 Armadilhas da teoria económica

Novo Jornal 24/11/2008

Dois anos depois receber o prémio Nobel da Paz, que partilhou com o Banco Grameen, e em plena crise do sistema financeiro mundial provocada pelo subprime (crédito hipotecário de alto risco) nos Estados Unidos da América, Muhammad Yanus aponta o dedo à lógica do sistema financeiro que assenta no princípio de que "os pobres devem ser colocados sob pressão para reembolsarem".

"Nós fazemos o inverso: não pedimos nenhuma garantia, não estragamos as pessoas praticando taxas exorbitantes. Nós invertemos o próprio princípio do crédito. Quanto menos dinheiro tem, mais a pessoa é interessante para nós", afirmou Yunus numa entrevista recente ao diário francês Le Monde.

O sucesso da iniciativa, reconhecida em 2006 pelo Comité dos Prémios Nobel, afere-se pelos números avançados pelo pai do Micro-Crédito: "Nos últimos 25 anos, o Banco Grameen, em colaboração com 10 mil instituições de crédito em todo o mundo, distribuíram seis mil milhões de dólares a 150 milhões de famílias, sem exigirem garantia nenhuma. Sessenta e quatro por cento dos que pediram dinheiro saíram da pobreza crónica e o banco realiza lucros, como qualquer instituição bem administrada". Isto quando "os princípios actuais do sistema bancário impedem que metade da população mundial possa participar na vida económica", porque "exigem das pessoas que elas sejam solváveis antes mesmo de lhes ser emprestado dinheiro".

Muhammad Yunus, criador dos conceitos micro-crédito e micro-finanças, considera que a teoria económica dominante apresenta diversos "pontos cegos e armadilhas" ao não entender que "emprestar dinheiro aos pobres permite criar empregos e gerar renda" e ao não reconhecer que uma "família é uma unidade de produção dinâmica".

O Nobel da Paz de 2006 critica, por outro lado, a "lógica actual do capitalismo" que não reconhece a economia informal, uma importante fonte de emprego, considerando "o emprego unicamente como o assalariado".

"Os pobres dos países em desenvolvimento não esperam que grandes empresas os remunerem. Eles não esperam tudo da política de emprego. Eles precisam alimentar as suas famílias, fazem uma multidão de trabalhos úteis, ganham a vida no pequeno comércio, nos serviços de consertos, de alfaiate. Vejam a intensa actividade que predomina nas ruas das cidades asiáticas mais pobres e comparem com o que ocorre na Europa!", evidencia ao Le Monde.

Reconhecendo que o sector informal não goza de uma boa reputação na literatura económica, Yunus substitui a expressão por uma mais apropriada: "o sector das pessoas", descrevendo-o como aquele em que a população inventa o seu emprego, exerce-o em qualquer lugar, onde for preciso, na rua, nos bairros, no campo". Em suma, é o auto-emprego que sustenta muitas famílias em países como Angola. As ruas de Luanda comprovam-no diariamente.

A experiência do Banco Grameen deu a Yunus outras revelações que evidenciam mais armadilhas do pensamento económico vigente. As mulheres "mostram-se mais activas e cumpridoras do que os homens quando lhes é concedido crédito". Elas são mais criativas na procura de soluções; investem no

negócio em benefício da família, sobretudo na educação dos filhos, quando, muitas vezes, os homens revertem o rendimento em benefício próprio; e têm taxas de cumprimento muito superiores às dos homens. Tanto que, nalguns países, o micro-crédito é concedido apenas às mulheres. Apesar destas evidências, ainda há países que não reconhecem às mulheres o direito de negociar um crédito e há bancos, mesmo em países desenvolvidos, que continuam a negociar apenas com os homens. I.C.B.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Municípios querem gerar auto-sustento

Novo Jornal 10/11/2008

LOBITO

É sustentado por dois elementos que já tiveram uma palavra a dizer na economia nacional. Longe de funcionar na sua plenitude: o Porto do Lobito e os Caminhos-de-ferro de Benguela são os pontos referenciais da economia local.

O administrador local, Amara Ricardo, considera Lobito como a segunda maior economia do país, justificado pela subida nos números relacionados com a arrecadação de receitas. A fásquia atinge 1 bilhão de kwanzas em 2007, contra 300 milhões em 2006.

A total reabilitação do porto do Lobito e dos Caminhos-de-ferro de Benguela, para aquele dirigente, poderá confirmar a consolidação do município como um elemento para a internacionalização da economia nacional. Banhado pelo Oceano Atlântico, o município está ligado à República

Democrática do Congo, através do caminho-de-ferro, que atravessa o país. A actividade agrícola dispõe de 12 mil hectares de terra no vale da Catumbela, Anha do Norte e Canjala. A actividade imobiliária é outro pormenor de que lobito beneficia com a criação do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela.

O município possui quatro comunas (Catumbela, Biópio, Canjala e Egipto Praia), uma população estimada em 850 mil habitantes e tem como principal actividade a indústria e o comércio na zona litoral e no interior tem como principal actividade a agricultura.

Foi Fundado pelos portugueses em 1943, acabando por se tornar um dos principais pólos económicos através da exploração ferro-portuária.

BAÍA FARTA

Esse município tem na pesca a sua principal actividade. Nele estão fixadas muitas unidades pesqueiras, cujos investidores já apostam em sistemas de captura e congelação mais modernos, consolidando assim o potencial que aquela parcela de Benguela tem no domínio das pescas a nível nacional. Possui três comunas (Dombe Grande, Equimina, Calohanga), uma população estimada em 125 mil habitantes e a sua

fundação remonta a 1910.

BOCOIO

É o município que apresenta níveis altos em produção e criação de gado, sendo considerado o maior fornecedor de abacaxi em todo o País. O famoso abacaxi de monte Belo é a referência da zona. O seu solo fértil possibilita o cultivo de outros produtos como cana-de-açúcar, batata-doce e outros tubérculos.

Ocupa uma superfície de 5.612 quilómetros quadrados e uma população à volta de 13.634 habitantes, divididos por quatro comunas (Chila, Monte Belo, Cubal do Lumbo e Passe). Em 1958, tinha o nome de Vila 50 usa Lara mas a sua existência já remonta a 1827.

CUBAL

Existe há 40 anos, sendo, entre os municípios, um dos mais novos. Nele está localizada a barragem do Lomaúm que actualmente se encontra desactivada devido à falta de manutenção, ao mesmo tempo que a guerra ditou outras regras quanto a esse aspecto. Esta hidroeléctrica fornecia energia para as províncias de Benguela e Huambo.

A actividade no Bocoio não se resume apenas às barragens.

A movimentação ferroviária, reactivada em 2004, deu outra dinâmica ao município, onde a troca de produtos assim como o seu escoamento acabam por ser mais céleres. Cubal tem três comunas (Capipa, Tumbulo, Yamala) numa superfície de 4.794 quilómetros quadrados. A agricultura e a pecuária são as principais actividades da região.

Aquele município começou a esboçar-se como povoação a partir de 1906, com o surgimento dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, e a sua oficialização na divisão administrativa acontece em 1968, ano em que ascende à categoria de cidade.

BALOMBO

É dos municípios que encara dificuldades no que toca à satisfação das necessidades das populações locais. Situada a 180 quilómetros a noroeste de Benguela, o município tem como potencial a área turística em que prevê a recuperação de alguma das suas atracções, como o complexo de Kota Kota, e uma maior observação às águas termais com o mesmo nome.

Tem uma superfície de 2.665 quilómetros quadrados e uma população estimada em 108 mil habitantes localizada a 180 quilómetros da sede provincial, Balombo tem como principais actividades a agricultura e a pecuária. O nome é dado devido à existência do maior rio que a região tem (rio Balombo), cujo caudal passa por aquela localidade. A sua existência vem de 1956.

As águas termais são o ponto de referência da zona e a sua descoberta ocorreu em 1909 por um pastor que dava pelo nome de Kaliata.

GANDA

Apesar de já existir o circuito bancário na região, o município ainda encara algumas dificuldades no que se prende à revitalização de alguns serviços elementares para a economia da região. A agricultura de subsistência norteia as actividades da região, tal como a pecuária.

Tem quatro comunas (Ebanga, Babaera, Casseque e Chicuma), uma superfície de 4.817 quilómetros quadrados e uma população estimada em mais de 250 mil habitantes. Inicialmente tinha o nome do seu fundador, Mariano Machado, e ascendeu à categoria de cidade em 1969.

CAIMBAMBO

A produção de citrinos era a nota dominante no município de Caimbambo. Hoje a produção de carvão assume um papel preponderante na economia local. As atenções no município estão, por enquanto, viradas para a educação, com a instalação de uma estrutura provisória onde funciona a escola do 2º ciclo do ensino (pré-universitário).

Nos diferentes níveis de ensino, estão matriculados cerca de 400 alunos, na 9ª classe, e 50, na 10ª, na formação em ciências humanas e sociais.

Mbambo, Quilengues, Humbi, Vahanha e Quissanges são as cinco divisões administrativas tradicionais que o município tinha. Essas dedicavam-se ao cultivo do milho, massambala, batata-doce e à criação de gado bovino. A sua designação foi atribuída em 1914, mas só em 1971 é que ascende à

3.2 Huambo: Recomendada maior participação dos estudantes universitários na vida pública

SEMANÁRIO FACTUAL 10/11/2008

Os participantes da II conferência provincial da sociedade civil, que decorreu nesta cidade do Huambo nos dias 08 e 09 deste mês, recomendaram aos estudantes universitários a sua participação activa na vida pública.

De acordo com o comunicado final do encontro, esta participação deverá ser incentivada a nível da investigação científica, no sentido de se produzirem documentos que sirvam de base de dados para o desenvolvimento sustentável.

3.3 Chefe de Estado nomeia Albino Malungo para governador da província do Huambo

Jornal de Angola 22/11/ 2008

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, usando da faculdade que lhe é conferida pela Lei Constitucional, nomeou ontem, Albino Malungo, para

o cargo de governador da província do Huambo.

Segundo um comunicado dos Serviços de Apoio ao Presidente da República, o Chefe de Estado exonerou ainda Albino Malungo do cargo de embaixador extraordinário e plenipotenciário da República de Angola no Japão.

O Presidente José Eduardo dos Santos exonerou igualmente dos cargos de vice-governadores da província da Lunda-Norte, João Manina Cauica e Jorge Katala.

Entretanto, noutros decretos e usando das mesmas prerrogativas, o Presidente nomeou Moisés Chingongo e Maria da Conceição Ualianga Cazuazua, para os cargos de vice-governadores da província da Lunda-Norte.

3.4 Cacuo com a vida agora mais facilitada

Jornal de Angola 23/11/2008

Com a entrada em funcionamento de quatro postos de transformação de energia eléctrica nos bairros da Boa Esperança III, Nova Urbanização e Camicuto, na Funda, Cacuo conta com mais energia eléctrica. Já são no total quinze postos de transformação em funcionamento nas três comunas que compõem o município do Cacuo, a saber, Cacuo-sede, Kicolo e Panguila.

De acordo com o administrador do Cacuo, Carlos Alberto Cavukila, os quatro postos inaugurados vão levar energia eléctrica a mais de mil residências. O representante máximo do município afirmou que a gestão dos postos de transformação instalados nos diferentes bairros de Cacuo será da inteira responsabilidade da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL), na sequência de um acordo de parceria entre a administração municipal de Cacuo e a EDEL. A parceria consiste na implantação de postos de transformação de energia por parte da administração, enquanto que a gestão fica a cargo da EDEL, à semelhança do que acontece com a Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL).

Os projectos decorrem a bom ritmo, porque já estão a beneficiar populações, e o responsável apelou aos municípios que ainda não beneficiaram de energia eléctrica para que aguardem e aos já beneficiários que valorizem o bem que tanta falta faz à população.

Balneários e lavandarias

Foi inaugurado, igualmente, um conjunto de balneários e lavandarias no bairro do Paraíso, cuja parte baixa já vai ser abastecida de água nesta primeira fase. Ficou-se a saber que os antigos chafarizes, construídos no âmbito da cooperação Angola/Japão, deixarão de ser abastecidos por via de camiões/cisternas. O precioso líquido será proveniente da rede da EPAL, segundo Carlos Alberto Cavukila, para quem o seu pelouro aos

poucos tem estado a resolver os problemas sociais da população de Cacuo.

Carlos Cavukila reconhece que as dificuldades com que se debatem os munícipes ainda são imensas, acrescentando que os problemas sociais do município de Cacuo não podem ser resolvidos em um ano. De acordo com Carlos Alberto Cavukila, a administração continuará a dar ênfase, no seu programa-director, à resolução dos problemas sociais básicos da população, com a colocação de mais energia eléctrica, água potável, iluminação pública e o melhoramento do saneamento básico.

Nas vias terciárias, que estão a beneficiar de intervenção, prevê-se a terraplanagem para permitir um maior fluxo de viaturas dentro da municipalidade. O trabalho não se resume à terraplanagem, mas prevê também a colocação da asfaltagem.

Ponte Kicolo-Paraíso está em construção

Durante a sua presença no Paraíso, moradores do bairro apresentaram várias inquietações ao administrador municipal. Como, por exemplo, a ausência de uma ponte a ligar o mercado do Kicolo ao bairro do Paraíso. Carlos Alberto Cavukila anunciou que as obras para a construção da ponte, a cargo da construtora angolana Gruat, estão a decorrer.

Neste momento, o trabalho consiste na montagem das bases da referida ponte. O chefe máximo do município de Cacuo acredita que, até final do ano, o problema da construção da ponte fica resolvido. "Penso que até Dezembro o problema da travessia entre o mercado e o bairro Paraíso fica resolvido", disse.

Munícipes exteriorizam a sua satisfação

Munícipes dos bairros Boa Esperança III, Nova Urbanização, Camicuto e Paraíso exteriorizaram a sua satisfação pela inauguração das infra-estruturas sociais básicas.

Ana Bernardo, moradora do bairro Boa Esperança III, explicou que, depois de terem ficado mais de três anos sem energia eléctrica, a alegria voltou ao bairro. Emocionada, Ana Bernardo encorajou o Governo a continuar a trabalhar com vista a levar o bem-estar à população no que tange às condições sociais básicas. Já Ilídio Jacinto apelou ao Governo no sentido de envidar esforços para colocar mais postos de transformação de energia devido ao elevado número de habitantes que vivem naquele bairro. Ilídio Jacinto solicitou a intervenção das autoridades no sentido de criarem condições para a colocação de água potável e viaturas para recolha de lixo.

Rosa Paulino Campos, residente no Paraíso, elogiou o gesto do Governo em construir uma combinação de água e lavandaria. A população deste bairro nunca beneficiou de água potável. "Consumíamos água de tanques que, muitas vezes, não ofereciam qualidade para o consumo humano", disse Rosa. A colocação dos postos de transformação esteve a cargo da empresa

Electroge, que, até ao final do ano, vai instalar mais seis postos

3.5 Fórum estuda melhor organização da mulher rural na província do Zaire

Jornal de Angola 23/11/2008

Os participantes ao Quinto Fórum Provincial da Mulher Rural, realizado na província do Zaire, recomendaram para a necessidade de haver maior organização das mulheres no meio rural, de modo a facilitar o seu desenvolvimento socio-económico, bem como o enquadramento em vários domínios da vida social.

Realizado, segunda-feira última, no âmbito da jornada comemorativa do Dia da Mulher Rural, assinalado no dia 15 do corrente, o encontro feminino concluiu que as actividades de sensibilização junto às famílias rurais devem ser contínuas com vista a aconselhar as meninas para evitarem gravidez indesejada. "E, caso isso aconteça, a menina depois do parto deve ser incentivada a continuar os seus estudos, para garantir uma formação académica" disse.

O encontro, encerrado pela directora provincial da Família e Promoção da Mulher no Zaire, Ana Manifesta, serviu, também, para a recolha de subsídios que constituirão a base de elaboração do plano de acção nacional sobre a mulher rural em Angola.

Os presentes reflectiram ainda sobre a importância da segurança alimentar no contexto da estratégia do combate à pobreza, para atrair o desenvolvimento das comunidades rurais, sendo que se impõe gizar planos sobre políticas de acesso à alimentação para o consumo de todos, assim como utilização e estabilização de alimentos na região.

Preparação do sexto encontro nacional na forja. O certame passou em revista os compromissos assumidos nas Declarações de Durban e de Malange, adoptadas no quarto Congresso Mundial e no Quinto Fórum Nacional da Mulher Rural, respectivamente, visando a preparação do sexto Fórum Nacional da Mulher Rural, a ter lugar em Outubro de 2009.

Estes trabalhos, de acordo com o comunicado final, contribuirão para a divulgação das tarefas tendentes a institucionalização da estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional em Angola.

O director provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) no Zaire, Pedro Alberto Pinto, sublinhou a estabilidade dos alimentos como sendo um dos factores que concorrem para a sua estabilização.

Práticas como cafeicultura, a feira livre, a criação de pomares e hortaliças familiares, a electrificação e o turismo rurais foram apontadas por Pedro Manuel

como excelentes fontes de rendimento rápido para o bem-estar social das famílias rurais.

Participaram no evento membros do Ministério da Família e Promoção da Mulher, idos dos municípios do Soyo, Kuimba, Noqui, Tomboco e Mbanza-Congo, cooperativas, associações agrícolas, igrejas e partidos políticos.

3.6 Vida de cão na «terra perdida»

Semanário Angolense 25/11/2008

A «Terra Perdida» é uma zona do chamado Bairro da Regedoria, em Via na, onde foram atirados alguns dos cidadãos que ficaram sem casas na sequência das fortes chuvas que se abateram sobre Luanda em Janeiro de 2006. A estes se juntaram mais tarde os cidadãos desalojados da antiga escola militar «Comandante Gika», devido ao projecto de construção de um centro comercial que aí se está a erguer, sob responsabilidade de um grupo empresarial detido por algumas figuras da «nomenclatura». A promessa de realojamento em condições dignas, afinal, não passou disso mesmo.

São cerca de duzentas famílias (150 provenientes do Gika) que se encontram a viver em condições degradantes em tendas ou em barracas precárias feitas de luandos, chapas de zinco ou papelão, sem água, nem luz, enfim, sem nada. É uma autêntica vida de cão a que estão submetidos esses nossos concidadãos.

Eles haviam recebido a promessa de que o seu «desterro» em Via na seria de curta duração, uma vez que o governo provincial de Luanda, através da direcção provincial da Reinserção Social, faria esforços no sentido do seu realojamento com dignidade num dos seus projectos habitacionais no Zango e no Panguila o mais urgente possível.

Porém, mais de dois anos depois, eles continuam a passar por grandes dificuldades, cada vez mais descrentes na possibilidade de virem a recuperar a dignidade perdida, uns devido à acção das chuvas, e outras pela «voracidade» com que alguns grupos empresariais nacionais e até estrangeiros se estão a apossar de todos os espaços em Luanda onde se possa construir hotéis, centros comerciais ou complexos residenciais de luxo, sem um mínimo de preocupação com a sorte de quem neles habitam ou habitavam.

Segundo alguns dos sinistrados, em conversa com o *Semanário Angolense*, o governo anunciara que ficariam no «acampamento» provisoriamente, mas, mais de dois anos depois, não se vê qualquer esforço no sentido de serem retirados de lá para as casas prometidas. «Totalmente esquecidos é o termo exacto para a nossa condição», disse um deles, abatido.

Para agravar, as condições de habitabilidade são cada vez piores, já que as tendas em que vivem estão agora praticamente rasgadas e não servem para se abrigarem

seja do que for. Com as chuvas que vêm aí, a nossa desgraça vai aumentar», lamentou um outro.

A verdade é que estão expostos a todas as adversidades, o que tem dado origem ao surgimento de várias doenças, como diarreias, paludismo e doenças respiratórias, com um saldo de mortes acentuado, sobretudo entre as crianças e velhos.

Preocupadas, as famílias organizaram-se numa comissão, cujos representantes desenvolvem esforços no sentido de persuadirem as instituições a darem solução aos graves problemas que os flagelados da «Terra Perdida» enfrentam.

Alguns mais expeditos, poucos, no entanto, já conseguiram mudar de vida, sem esperar que as autoridades fizessem algo por eles, quando lhes desse na telha, o que cada vez parece mais distante.

O nome de «Terra Perdida» dado ao bairro vem precisamente do facto de quase mais nenhum governante, não importa a que nível, lá ter posto os pés para saber como vai a vida dos cidadãos aí atirados. Uma das raras excepções foi a visita do actual administrador municipal de Via na, José Moreno, que apareceu no «acampamento» dias depois do seu empossamento, para dar um «showzito» e nunca mais aparecer.

DEPOIMENTOS DO POVO

Helena Paulo, 40 anos, mãe de 3 filhos, clama por ajuda. Disse que tem enfrentado muitas dificuldades desde que se mudaram para as tendas. «Quando chove, não conseguimos dormir. A tenda fica toda alagada. Além do mais, as crianças perderam o ano lectivo, porque a escola ficou longe», disse a senhora.

Segundo ela, para se conseguir água, é um deus nos acuda. «Temos de nos levantar às quatro da manhã para irmos acarretá-lo bem longe daqui», lamenta. Pede ao governo empenho na resolução da situação desses «deslocados», porque, como diz, «viver nas tendas já não está a dar».

Também abatido encontramos Alfredo Manuel, 46 anos, pai de dois filhos. Para ele, as esperanças estão a morrer. «Fomos esquecidos por um governo que elegemos. Já não nos dizem nada», lamentou.

Alfredo Manuel, além de enumerar as mesmas dificuldades apresentadas pela sua «colega» de infortúnio, falou ainda das imensas dificuldades por que têm de passar quando alguém da família está doente. «É uma distância grande que temos de percorrer até ao posto de saúde mais próximo, já que não existe nenhum centro por cá para atender as necessidades das populações que vivem na terra perdida», disse.

Por seu lado, Teresa Adriano, 36 anos, com 4 filhos, foi obrigada a entregar as suas crianças à guarda de familiares fora do «acampamento», para que possam sobreviver, uma vez que as doenças que grassam na «Terra Perdida» têm feito uma grande razia no seio das

populações.

Também com a vida complicada ficou o jovem Pacas Garcia, 28 anos. Ele acabou por ficar desempregado assim que foi obrigado a deixar o «Gika», devido à falta de dinheiro para custear as despesas de transportação entre o seu actual local de «residência» e o serviço na baixa da cidade, uma vez que este esforço financeiro era superior ao que acabava por receber ao fim do mês. Quer dizer, ficava mais «barato» deixar de trabalhar. E assim fez.

Lamentou ainda os gastos que tem de fazer para estar a comprar sempre tendas novas ou chapas para substituir as velhas ou para cobrir as que são roubadas pelos amigos do alheio. «Isto é que é sofrer», rematou.

3.7 O tradicional no estadual: hipocrisia ou metamorfose?

A Capital 25/11/2008

1. Enquadramento histórico

A indicação para a casa das leis do rei Ekuikui do Bailundu pela bancada do MPLA dá azo a uma nova reflexão e, quiçá, repensar os fundamentos quer dos determinantes que densificam a racionalidade política do poder estadual quer do poder tradicional.

Dentre outras abordagens importa referir que antes da presença colonial e, por conseguinte, da integração das sociedades tradicionais à nova ordem política, a estadual, cada reino ou sobado tinha um sistema de valores e uma organização política que sempre tomaram possível a segurança, a paz social, a integridade territorial comunitária, a distribuição dos poderes do reino ou sobado, o bem-estar e a justiça.

Diga-se, em boa verdade, que se durante milhares de anos e séculos de colonização mantemos vivo o património histórico – cultural, as línguas locais e a dignidade do costume, embora, se reconheça, com nova roupagem deve-se à racionalidade política tradicional.

Injustamente, a visão que se tem das autoridades do poder tradicional desde o tempo colonial é reducionista. Aliás, com a presença colonial todas as instituições do poder tradicional, o sistema de organização política, a lógica do sistema produtivo, a ordem religiosa e moral, os sistemas judiciais e cultural dos povos foram duramente combatidos. Os preconceitos que foram sendo construídos em relação aos sistemas africanos abalaram profundamente o núcleo de valores de racionalidade africana. Portanto, o que estava em causa foi, exactamente, impor um modelo cultural de racionalidade europeia aos povos africanos. Eis a razão pela qual as línguas locais foram reduzidas a línguas de cães; as práticas culturais e religiosas ao feitiço; etc. Fruto desse viés ou snobismo cultural os sobas ou reis são vistos como feiticeiros negando-lhes as suas reais atribuições que concorreram sempre para a protecção das nossas comunidades

tradicionais e fundamentam, ainda hoje, as relações humanas. Portanto, desde a independência nacional nunca se deu tratamento nem dignidade constitucional às instituições do poder tradicional. A relação dessas instituições com o Estado é, meramente, instrumental. Injustamente, um administrador ou governador (criação do poder secundário ou estadual) julga ser superior a um soba ou rei - puro engano. Por maioria de razão seria o contrário atendendo ao princípio da precedência, mas como estamos em presença de racionalidades diferentes e, por conseguinte, diverso núcleo de hierarquia ninguém é superior a ninguém. E em razão do território o soba é o primeiro dono da terra (daí o título de reconhecimento às comunidades tradicionais lei 9/04). O que deve, portanto, existir é a colaboração e cooperação com as instituições do poder estadual e nunca chamar, propriamente, as instituições do poder tradicional ao serviço do Estado como se tratasse de um subsistema Seu. Cada poder (tradicional/estadual) está chamado, por natureza e fim, a responder pelas instituições e fundamentos que justificaram a sua emergência.

2. Significado da Presença do Rei na Casa das Leis

Várias considerações e interpretações podem ser dadas a esse facto. Em nossa opinião com a indicação do Rei para a Assembleia Nacional:

1. O reino do Bailundu perde, sem dúvida alguma, o garante e símbolo de unidade de que o Rei foi o seu legítimo representante. Na prática quer dizer que o Rei obriga-se à disciplina da linha ideológica do partido que o convidou e ao mesmo tempo refém do programa de governação do MPLA. Em poucas palavras o Rei vai ressonar, entenda-se, representar as aspirações e interesses do partido ou, de outro modo, a torcer (como o terá feito) por ele. Portanto, o Rei com a bandeira do MPLA na mão dividiu a comunidade e perde a dimensão de garante de unidade no reino. E a aliança com os antepassados ficou ferida;

2. É possível crer que o poder estadual não está a responder às aspirações e interesses das comunidades tradicionais protegidas pelo costume. Portanto, a não aproximação dos serviços públicos às populações e a impraticabilidade do princípio do participação, a instrumentalização das instituições do poder tradicional e a extrema pobreza podem justificar a aceitação do Rei ao convite que lhe foi endereçado como trampolim para dar voz e defender os interesses do seu reino;

3. Como um ensaio suportado por dois gumes:

a) Aproximação do poder tradicional ao estadual que permita construir um diálogo pró activo entre os dois poderes, embora se reconheça, com a estruturação de um quadro político e legal para o efeito;

b) Desmoronamento do poder tradicional. Obviamente, a manipulação do poder tradicional por ideologias político-partidárias fragiliza e põe em causa a sua natureza e integridade. Portanto, o que se pode ver aqui é uma tentativa de, não só, submeter como a de silenciar o poder tradicional.

4. Como mera propaganda eleitoralista. Ou seja, razão

para caça ao voto

Naturalmente, o Rei é uma pessoa muito respeitada no reino. Ele tem o papel de um pastor que bem sabe levar as suas ovelhas ali onde julgar conveniente para que tenha mais vida. Portanto, quaisquer que sejam os pronunciamentos ou posicionamentos seus exercem grandes influências no reino. E aqui é bom que se diga que a crença em comunidades tradicionais é um elemento dominante;

5. O Rei poderá ter sido confrontado com as seguintes situações:

a) Aceitar para não sofrer eventuais represálias e cair no silêncio. Neste caso, teria existido o medo de ser substituído por outro. E isso não é novidade, pois, existem Sobas indicados por conveniências políticas. (eventual defesa pessoal);

b) Aceitar para não sacrificar, eventualmente, a comunidade. Lembra-nos a história, embora, em contextos diferentes que por um, todos pagaram. (eventual defesa da comunidade);

c) Aceitar porque sempre foi do MPLA não importando o seu papel de Rei. Terão pesado aqui vários factores dentre os quais a condição material e o prestígio.

Finalmente, pelo sim ou pelo não, a verdade é que o Estado através do MPLA pôs mão a um problema que ao longo dos tempos ninguém ousou resolver: como lidar com as instituições do poder tradicional num sistema de racional idade estadual? Queremos acreditar que o Ministério do Território, Ministério da Cultura e a sociedade em geral estudarão as melhores formas para responderem à pergunta. E isso, não passa apenas pela produção de normas, realização de conferências, mas, sobretudo, por um estudo profundo e multidisciplinar que congregue todas as sinergias para que não se mate a tradição, o costume e a cultura. Queremos acreditar que ninguém gostaria de ver os sob as com farda e patentes sem significado cultural.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Polícia resgata crianças acusadas de feitiçaria

Novo Jornal 24/11/2008

Cercas 40 crianças angolanas, acusadas de serem feiticeiras, foram hoje retiradas pela Polícia Nacional a duas igrejas ilegais, em Luanda, onde se encontravam para serem "curadas do mal".

Os líderes religiosos das igrejas ilegais, localizadas no bairro Uíje, no município do Sambizanga, que tinham em sua "posse" as crianças, foram detidos na operação de resgate dos menores.

Segundo o administrador do município do Sambizanga, José Tavares Ferreira, as crianças, com idades compreendidas entre um e 15 anos, encontravam-se retidas no interior de duas casas que serviam de igrejas, na com uma do Ngola Kiluanje.

Do grupo de crianças hoje levadas para o Lar Kuzola, quatro estão hospitalizadas em estado grave devido aos maus-tratos a que foram submetidas para serem "libertadas" dos "maus espíritos".

"As crianças sofreram maus-tratos, foram castigadas e isso vê-se no aspecto delas. Quatro estão hospitalizadas em estado grave porque foram encontradas com feridas a gangrenar", disse à Lusa José Tavares Ferreira. De acordo com o administrador do Sambizanga, o processo de investigação que durou cerca de 15 dias teve início depois de uma denúncia feita por populares residentes na zona.

Neste processo estiveram envolvidas as delegações provinciais dos ministérios da Justiça, da Assistência e Reinserção Social, da Cultura e o Instituto Nacional de Assuntos Religiosos.

"Tínhamos que fazer o trabalho com muito cuidado para não permitir que eles fugissem ou fizessem qualquer coisa que não permitisse o sucesso do trabalho", disse José Tavares Ferreira.

O administrador municipal referiu ainda à Lusa que estas igrejas denominadas "Igreja de Revelação do Espírito Santo de Angola" e "Igreja Boa Fé" são oriundas da província do Zaire, região onde os casos de

crianças maltratadas sob acusação de serem feiticeiras são mais graves em Angola. "A situação é grave, mas o mais chocante é que são os próprios pais que levam os filhos para essas igrejas. Há crianças que estão nesse local há mais de um ano e temos a informação de que aos fins-de-semana chegam a aparecer nessas igrejas cerca de 500 crianças", sublinhou. Segundo o administrador, o contacto com os familiares dessas crianças não foi possível.

O problema das crianças acusadas de feitiçaria ou serem feiticeiros assume em Angola proporções que as autoridades e o Instituto Nacional da Criança (INAC) admitem como grave.

O fenómeno, segundo vários estudos publicados na área da sociologia, tem origem em questões ancestrais, sendo a sua prática oriunda da tradição Bantu, que integra a quase totalidade do território angolano, onde um dos aspectos mais importantes é a crença de que as crianças encarnam os maus espíritos e são responsáveis pela "má sorte" das famílias.

Mas, a par desta realidade ancestral, há ainda as dificuldades de subsistência das famílias onde o fenómeno ocorre, o que serve de catalisador para o problema porque é uma forma de estas se livrarem de uma boca para alimentar.

As áreas geográficas onde as acusações de feitiçaria a crianças são mais significativas situam-se a norte do país, junto às fronteiras com a República Democrática do Congo e CongoBrazzaville (países onde o problema é igualmente grave) nomeadamente o Uíje, Zaire, as Lundas, Norte e Sul, e Cabinda.

O crescente surgimento de casos em Luanda resulta do facto de a guerra de 27 anos, que até 2002 assolou o país, ter obrigado milhares de famílias destas regiões a procurar refúgio na capital angolana. Tanto o Governo como as organizações da sociedade civil e as igrejas, com destaque para a Católica, têm apostado no combate a estas práticas através de campanhas de sensibilização, criação de centros de acolhimento e ainda na perseguição aos autores dos crimes perpetrados contra as crianças. Espancamentos, jejuns prolongados, queimaduras e enclausuramento em espaços exíguos são alguns dos "tratamentos" aplicados que as autoridades detectam quando resgatam crianças acusadas de feitiçaria.

5.2 Malnutrição na Pediatria de Luanda

A Capital 25/11/2008

A chegada de mais um paciente no Banco de Urgências não causa estranheza. Mas, na manhã de terça-feira, 20, a senhora Domingas, acompanhada do pequeno Germano, conseguiu despertar a atenção dos demais.

«Este é mais um dos casos de malnutrição», referiu a chefe do Banco de Urgências, Margarida Ferreira, ao avistar Domingas. A criança, com aspecto esquelético, mal conseguia respirar, para além de apresentar feridas

de queimaduras em todo o corpo. O pequeno contorcia-se de dores.

E, como se não bastasse, o pequeno Germano, com pouco mais de um ano de idade, pesa apenas seis quilos. Domingas, a mãe, contou que havia uma semana que o filho apresentava aquela sintomatologia. «Estava sempre com febre e começou a ficar assim», adiantou ao indicar o braço esquelético do filho, coberto de queimaduras. Inicialmente, recorreu ao posto médico na zona de residência, mas, como não se estavam a verificar melhorias, optou por recorrer ao Hospital Pediátrico David Bernadino, onde chegou às 11 horas.

Mesmo tendo chegado depois de muitos pacientes, Domingas conseguiu prioridade, porque os encontrados ficaram sensibilizados. Ninguém se opôs à sugestão de Clara, outra senhora lá presente. «Não espera mais. Assim que a outra doente sair, podes entrar», recomendou. Naquela manhã, para além de Germano, outras crianças com a mesma patologia lutavam, para se recuperarem da maleita. Feliciano Augusto, por exemplo, há três dias internado, registava algumas melhorias no seu quadro clínico. As feridas derivadas do estado de subalimentação, aos poucos começavam a cicatrizar. Queixava-se apesar de febres. «Está calmo agora, à noite ainda não consegue dormir», lamentou a mãe do pequeno.

Segundo a médica Margarida Ferreira, doentes com caos de malnutrição são cada vez mais frequentes nas urgências do Hospital Pediátrico. Em média são, actualmente, internadas, pelo menos, quatro crianças no Banco de Urgência, com este diagnóstico clínico.

Nesta altura, a par das doenças respiratórias agudas, meningites e das doenças diarreicas agudas, a malnutrição é das patologias que mais pacientes levam às urgências. «Há períodos em que chegámos a internar seis. Nós aqui temos quatro camas para estes doentes, porque têm características muito próprias. Mas, estas quatro camas estão sempre cheias e não é de uma doente, são sempre mais de dois doentes por cama. Às vezes, temos entre 12 a 16 doentes aqui, no Banco de Urgência», conta.

As enfermarias na maior parte das vezes estão preenchidas, daí que, para aliviar, o recurso tem sido transferir os pacientes com o peso recuperado, para uma sala dia.

«São doentes que deveriam ir para casa, para fazer o seguimento num centro de recuperação nutricional na periferia, mas por se tratar de mães com muitas dificuldades, problemas financeiros, não conseguem ir todos os dias para casa e voltar no dia seguinte. Então, ficam aqui».

5.3 “Angola-Jovem” é vector de desenvolvimento

Jornal de Angola 13/11/2008

O ministro da Juventude e Desportos, Manuel Gonçalves Muandumba, disse, em Luanda, que o projecto do Governo angolano de apoio à juventude, denominado Angola-Jovem, tem sido um vector de desenvolvimento da classe juvenil.

Ao falar durante o acto de abertura da reunião alargada sobre o programa Angola-Jovem, promovido pelo Ministério da Juventude e Desportos, o governante esclareceu que para atingir este objectivo o Governo angolano tem levado a cabo vários projectos e acções de impacto social no domínio da juventude, tais como a criação de casas da juventude, kits profissionais e o Crédito-Jovem.

De acordo com o ministro, no domínio dos desportos as principais linhas de orientação circunscrevem-se na revisão dos instrumentos jurídicos, na formação dos agentes, na massificação do desporto de recreação bem como a construção e reabilitação de campos. '

Segundo um documento saído da reunião, este ano o projecto Crédito Jovem constituiu 972 cooperativas juvenis em 17 províncias, sendo formados dois mil e 92 jovens em como montar e gerir micro-empresas.

O Banco de Poupança e Crédito (BPC), financiador do projecto, disponibilizou, até ao momento, cinco milhões de dólares norte-americanos, mas apenas foram utilizados quatro milhões.

Em termos de disponibilidade, Luanda foi a província que mais beneficiou do montante com um milhão e 500 dólares, enquanto Malange e Bengo foram as menos beneficiadas com 100 mil dólares.

Quanto ao consumo, as províncias do Uíje e Kuando-Kubango foram as que conseguiram implementar de forma integral os fundos.

Benguela, Cabinda e Lunda-Norte são as que possuem um grau de implementação razoável. O programa Angola-Jovem é uma iniciativa do Governo angolano cuja implementação está a ser estendida de forma gradual e progressiva às diversas localidades do país.

O programa destina-se aos jovens dos 15 aos 30 anos de idade, em especial a mulheres, estudantes, desmobilizados, vendedores ambulantes, lavadores de carros, trabalhadoras do sexo e portadores de deficiência física.

6TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Terreno da discórdia

Novo Jornal 3/11/2008

Mais de mil pessoas que há um ano foram vítimas de demolições na zona da Camama, Bairro do Iraque, continuam a aguardar pelas indemnizações. É nesta área que está a ser erguido o condomínio da empresa Jardim do Éden.

No princípio, a empresa proponha uma indemnização de um valor que ficava aquém das expectativas dos moradores da zona.

"Para uma casa de chapa a proposta era de 500 dólares, ao passo que, para uma casa de bloco, a proposta rondava os três mil dólares", conta uma desalojada. Enquanto uns viam nesta situação "uma oportunidade mais para facturar" outros mostraram descontentamento em relação à discrepância dos valores.

Apesar das vozes discordantes, os afectados pelas demolições tiveram que se contentar com a proposta do "demolidor".

Ainda assim, muitas famílias continuam até hoje sem receber os valores acordados. De acordo com alguns dos lesados, a empresa Jardim do Éden está demarcar-se do assunto, alegando tratar-se de situações pendentes. "Sempre que vamos lá, eles dizem que o assunto está suspenso, mas já pagaram a algumas pessoas. Nós não entendemos o que se passa", reclamaram algumas das vítimas. Apesar de muitos terem já deixado o bairro, milhares ainda não saíram. Presume-se que, desde que arrancaram as obras do condomínio Jardim do Éden, em 2006, ficaram os escombros de mais de três mil casas deitadas abaixo. Muitas das habitações modestas, construídas em blocos de cimento, foram substituídas por outras mais precárias, em chapa, num ciclo contínuo de resistência. "São mais fáceis de destruir, mas também mais fáceis de reerguer".

O Jardim do Éden, por sua vez, reclama a posse do terreno e considera-se "vítima", já que adquiriu junto do Governo da Província de Luanda o direito de superfície da referida parcela. Isto, tendo em conta que tem sido constantemente violada a propriedade por parte dos moradores de "baixa renda", que vão construindo os seus "casebres" à medida que a urbanização evolui, queixa-se Abelina Angelina, subdirectora de vendas e contratos da empresa.

Perante esta ocupação, o Jardim do Éden "pode socorrer-se do recurso à acção directa ou através dos órgãos do Estado para restituir a legalidade", avança. Abelina Angelino evidencia também que, ainda assim, como forma de não chocar com as populações locais, está em curso o pagamento de uma indemnização, no âmbito da vertente social da empresa.

6.2 Guerra de terrenos volta a agitar Lobito

Angolense 25/11/2008

Movido por "mujimbos" saídos da Administração Municipal do Lobito, um grupo de cidadãos deu início, há uma semana, ao que diz ser um processo de ocupação dos terrenos dos bairros da Luz, Capiri e Cabaia, cedidos a camponeses que se notabilizaram ao serviço da antiga Açucareira da Catumbela, uma unidade fabril que faliu há mais de vinte anos.

Os ocupantes, entre os quais agentes da Polícia, conforme confidenciaram um munícipe que testemunhou a barafunda, foram impulsionados por informações que dão como certo o surgimento de um projecto habitacional no local.

Sob anonimato, alguns revelaram que tais informações foram prestadas por altos funcionários da Administração Municipal. "Assim sendo, procuramos obter a nossa parte", disseram. Com os cerca de 1000 camponeses bastante intransigentes, uma vez que receberam os terrenos em resposta aos salários em atraso, esta movimentação acabaram por redundar em pancadaria.

"Os homens pegaram em catanas para conter a fúria dos insurrectos jovens do 28", contou a nossa fonte, que disse ter divisado, entre os ocupantes, pessoas de Benguela. Inicialmente vistos como solução para o triste episódio, agentes da ordem acabaram por abraçar os ideais daqueles que se batem por uma parcela de terra, delimitando as suas porções para fins de construção de casas. Assim é que a acção foi progredindo para uma área adjacente ao aeroporto do Lobito, à entrada da escola de formação, onde os populares terminariam dispersados por homens da Força Aérea Nacional (FAN), na sua maioria armados, acrescentou a fonte que temos vindo a fazer referência.

Apesar dos vários contactos encetados por este semanário, não foi possível apurar as dimensões, mas o certo, porém, é que a avalanche de camponeses, há quase vinte anos a trabalhar a terra, ilustra bem a grandiosidade da área.

Em comunicado divulgado pela Rádio Lobito, a Administração Municipal fez saber que o acto protagonizado pelos munícipes é adverso à construção de forma sustentável e organizada, uma política traçada pelo Governo do MPLA.

Indignado, o administrador Ricardo afirmou que: a política habitacional não deve ferir o ambiente. "Tem de ser subordinada a princípios legais", argumentou o responsável, apoiado em pronunciamentos públicos feitos pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Fonte geralmente bem informada indica que o caso está a ser analisado pelo Gabinete Jurídico da Administração Municipal. À hora do fecho desta edição pairava ainda o espectro de ocupação de terras nos bairros acima mencionados.

6.3 Casas para casais jovens são erguidas em Caxito

Jornal de Angola 2/11/2008

Jovens recém-casados, residentes na cidade de Caxito, província do Bengo, vão beneficiar de residências sociais, no quadro de um programa do Ministério da Juventude e Desportos.

Segundo o director provincial da Juventude e Desportos, Domingos Ventura Neto "Dudú", o condomínio prevê áreas sociais, nomeadamente campo de futebol, lojas, posto médico, restaurante, lavandaria pública, escola e creche.

As casas, que estão a ser erguidas no bairro Santana, são do tipo T3 e vão beneficiar, numa primeira fase, cem jovens, dos 22 aos 35 anos de idade.

Segundo Ventura Neto, na fase inicial vão ser entregues dez residências, a partir deste mês. O período de pagamento é de vinte anos, o que não impossibilita a venda do imobiliário, enquanto durar o crédito.

O empreendimento está a cargo da empresa angolana EMOVIA, que prometeu cumprir os prazos de execução da obra acordados com o Governo, caso não existam impedimentos.

A província do Bengo tem uma população estimada em 500 mil habitantes, distribuídos em oito municípios, nomeadamente Dande, Nambuagongo, Dembos Kibaxe, Kissama, Pango-Aluquém, Icolo e Bengo, Bula Atumba e Ambriz.

6.4 Materiais para a construção de residências distribuídas a dezenas de jovens necessitados

Jornal de Angola 3/11/2008

Mais de 200 jovens de vários estratos sociais da província do Cunene beneficiaram de material para a autoconstrução, no âmbito da implementação do programa "Angola Jovem", desenvolvido pelo Ministério da Juventude e Desportos, que visa a melhoria das condições de vida da juventude. Do material entregue fazem parte 2.500 chapas de zinco, 34 carros de mãos, baldes, fechaduras, serrotes, jogos de dobradiças, embalagens de pregos, martelos, entre outros meios, que vão contribuir para que os jovens edifiquem as suas próprias residências.

Para além do material de construção, os jovens receberam alguns utensílios destinados ao lar, tais como: mesas, cadeiras, lanternas e candeeiros a petróleo. Nesta altura, o projecto já abrangeu os seis municípios da província, nomeadamente Cuanhama, Cahama, Ombadja, Namacunde, Cuvelai e Curoca.

Ontem foi a vez dos jovens do bairro Kashila, na cidade de Ondjiva: Foram contemplados nesta acção dois jovens, tendo cada um recebido 12 chapas de zinco, um carro de mão, dois baldes, mesa plástica com quatro cadeiras, fechaduras, martelos e serrotes. O director provincial da Juventude e Desportos do Cunene, António Hakanhuko José, assegurou que os meios estão a beneficiar os jovens de todos estratos sociais e de ambos os sexos, tais como desempregados, desmobilizados, deficientes, estudantes e todos aqueles com espírito empreendedor.

António Hakanhuko José destacou o gesto do Governo, que se propõe apoiar os jovens com dificuldades habitacionais, podendo "com este tipo de iniciativa incentivar a construção das suas próprias casas".

"No cumprimento do programa "Angola Jovem", concretamente o projecto que visa solucionar o problema habitacional da juventude, o Governo esforça-se para encontrar soluções para a construção de bairros sociais da juventude", afirmou, garantindo que o programa vai alargar-se a todas as localidades da província, para que abranja todos os jovens que se debatem com a falta de casa.

Gervásio Hidinifa, um dos beneficiários deste projecto, não escondeu a sua satisfação com a recepção dos meios. "Hoje, disponho de material de construção, e, com este, vou construir a minha própria casa, onde passarei a residir com a minha família."

6.5 Governante quer projectar no exterior a imagem da nova realidade de Angola

Jornal de Angola 5/11/2008

O chefe da diplomacia angolana, Assunção dos Anjos, assegurou sexta-feira, em Luanda, que o seu pelouro vai envidar esforços para projectar no exterior uma imagem que reflecta a nova realidade que se vive em Angola.

O governante fez estas declarações no final da cerimónia de empossamento do novo Executivo angolano, tendo acrescentado que a imagem que se pretende relançar é a de uma Angola inclusiva, que consolida a sua cultura democrática, tolerante e profundamente lançada na senda do desenvolvimento.

Assunção dos Anjos referiu também que Angola vai continuar a cooperar e a interagir com outros Estados e

agentes internacionais, na procura de soluções para as questões que preocupam o continente e a comunidade internacional, de uma forma geral.

Em relação à comunidade angolana no exterior, Assunção dos Anjos referiu que será dada continuação a uma política que já vem sendo aplicada, cujo principal objectivo é a aproximação, cada vez mais, das comunidades no exterior ao país.

O ministro referiu ainda que ali onde se encontram, os angolanos poderão dar a sua contribuição nos diversos níveis para o progresso e solução das questões que preocupam o país.

Acrescentou que foram feitos vários congressos de angolanos no exterior os quais pôde apreciar, por isso, assegura que existe vontade de as comunidades angolanas participarem efectivamente no desenvolvimento do país e ajudarem a erguer uma nova Angola.

Investigação científica

A nova ministra da Ciência e Tecnologia, Cândida Teixeira, apontou como primeira acção do seu consulado o estudo sobre os "dossiers" e a capacidade dos quadros existentes no sector, com vista a dar-se maior ênfase à questão da investigação científica.

A ministra precisou que a pesquisa deverá contar com a prestação dos institutos de Investigação Veterinária, das Pescas e outras instituições sectoriais, tendo em vista "o combate à fome e à pobreza extrema prescrito no Programa do Governo para os próximos quatro anos".

Por seu turno, o secretário de Estado para o Ensino Superior, Adão Gaspar Pereira do Nascimento, apontou como linhas de força de acção do seu pelouro a mobilização geral dos quadros e técnicos, no sentido de engajar as instituições de ensino na realização dos objectivos estratégicos preconizados pelo Governo. "O tempo é curto, mas pensamos que a mobilização dos quadros e técnicos fará de nós um grupo engajado e focalizado na realização do plano gizado superiormente, que é o principal desafio", sublinhou Adão do Nascimento, reconduzido ao novo Executivo.

Precisou que a tarefa tradicional do sector que dirige é a de continuar a trabalhar para melhorar a qual idade da educação em Angola e tratar do crescimento da rede de ensino superior em todo o país, de modo a cumprir as metas estabelecidas e anunciadas publicamente.

Para tanto, o secretário de Estado disse que isso implica que cada actor, professor e instituição de ensino estejam engajados nessa tarefa.

Habitação social

O crescimento ordenado do território e a promoção da habitação, sobretudo, social, são as principais prioridades do Ministério do Urbanismo e Habitação para os próximos quatro anos, anunciou o titular da pasta, Dickumpuna Sita José.

Em declarações à imprensa, Sita José disse ser necessário continuar a trabalhar na reorganização territorial e eliminar as assimetrias em termos da concentração da população. O governante referiu que estão já criadas as leis e regulamentos que deverão orientar o processo de reorganização territorial.

6.6 Governo tem como meta construir um milhão de habitações sociais

Jornal de Angola 7/11/2008

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, assumiu ontem, em Luanda, o desafio do Governo de construir, nos próximos quatro anos, cerca de um milhão de fogos habitacionais em todo o país. As casas vão ser erguidas em cidades, vilas e aldeias, no quadro do Programa Habitacional Executivo 2008-2012.

Ontem, na cerimónia de abertura do Dia Mundial do Habitat, o Presidente da República ouviu da Subsecretária-Geral das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos a recomendação de que o Governo, nos seus orçamentos anuais, deve afectar cerca de 30 por cento para a construção de habitações sociais. Em resposta, José Eduardo dos Santos disse que aceita o repto das Nações Unidas, mas esclareceu que "já o temos como nosso próprio desafio e já estamos a trabalhar nele".

O Presidente da República estimou que "se em quatro anos (que é o mandato do Governo) for construído esse um milhão de fogos, e se calcularmos, muito por baixo, que cada fogo ficará à volta de 50 mil dólares, será um orçamento de cerca de 50 mil milhões de dólares", esclareceu. O Presidente da República reconheceu que "não será um exercício fácil" mobilizar mais de 50 mil milhões de dólares para resolver o problema da habitação nos próximos anos.

José Eduardo dos Santos esclareceu que o Governo está em sintonia com as preocupações e a visão da Organização das Nações Unidas, quando coloca à atenção de todas as nações e organizações sociais a questão central da habitação como necessidade básica do ser humano. O Presidente da República reconhece que a habitação é fundamental para a construção de cidades e sociedades justas e democráticas.

O Chefe do Governo anunciou que todas as áreas urbanas e suburbanas do país terão planos directores de desenvolvimento, visando a estruturação das cidades para a satisfação das condições mínimas em termos de infra-estruturas e da procura da habitação. "O objectivo dessa estratégia é proporcionar melhor habitação para todos, progressivamente, num ambiente cada vez mais saudável", disse.

No país, o caos urbanístico instalou-se nas cidades e no território, segundo o Presidente da República, em

consequência da prolongada guerra. O combate contra este caos está a ser feito através de modelos integradores (geográficos, económicos e ambientais); da proibição da construção ilegal e não autorizada; e também de uma política que procura evitar assimetrias regionais e o abandono do interior para os centros urbanos.

O Governo, precisou o Chefe de Estado, vai priorizar uma cooperação activa entre a administração central e local do Estado, entre o sector público e o privado, com vista à execução de uma nova política que contribua para a geração de emprego, para o desenvolvimento harmonioso dos centros urbanos, eliminação da pobreza, da insegurança e as zonas degradadas e suburbanas.

Política ambiental rigorosa

Em Angola impõe-se a adopção de uma política ambiental rigorosa e urgente para fazer face aos problemas ambientais, defendeu o Presidente da República. O fenómeno da urbanização no país, segundo o Presidente, trouxe problemas ambientais, como a produção de resíduos domésticos e industriais, poluição, aumento do consumo de energia e água, surgimento das águas residuais, etc.

Mais do que legislar e sancionar, o Presidente da República defende que se deve educar, sensibilizar e formar consciências, dando conhecimento aos cidadãos, empresários e à sociedade civil sobre as consequências que atitudes pouco reflectidas podem ter sobre o ambiente. José Eduardo dos Santos defendeu a participação dos investidores privados no desenvolvimento de espaços públicos de qualidade, na requalificação e revitalização dos centros urbanos com inclusão social, bem como na valorização do território em geral.

O Governo vai desenvolver programas de apoio à elaboração de planos directores municipais de ordenamento do território. De acordo com o Presidente da República, esses planos vão definir a estratégia dos territórios e da rede urbana, tanto nas suas vertentes social e económica, quanto na sua interacção com os sectores agrícola, industrial, de logística, de turismo e de infra-estruturas aeroportuárias, ferroviárias e outras.

O Presidente garantiu uma maior preocupação com a humanização das cidades, através de circuitos para peões e ciclovias e da maximização da utilização do transporte público. As políticas que diminuam a circulação automóvel nos centros dos aglomerados urbanos serão incentivadas, em especial nas áreas notáveis do ponto de vista histórico-cultural ou ambiental.

6.7 ONU defende urbanização com respeito pelo ambiente

Jornal de Angola 7/11/2008

A urbanização não será e nem pode ser harmoniosa se o crescimento e a expansão das zonas urbanas tiverem incidências negativas sobre o ambiente natural. A afirmação está expressa na mensagem do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, por ocasião do Dia Mundial do Habitat, que ontem se assinalou. Na sua mensagem, lida pela coordenadora do Sistema das Nações Unidas em Angola, Jocelline Bazile-Finley, o Secretário-Geral da ONU alerta que a urbanização mal planificada provoca mudanças irreversíveis, tendo em conta a maneira como se utiliza a terra, a água e a energia, podendo comprometer a segurança, arruinar o ambiente e acentuar a marginalização daqueles que sofrem e são excluídos da sociedade. Mas se esta urbanização for bem planificada, segundo Ban Ki-moon, pode oferecer outras opções às populações e ajudá-las a melhorar a sua qualidade de vida.

"Não se pode dizer que a urbanização rápida do mundo é harmoniosa se os habitantes dos Subúrbios não puderem encontrar emprego, nem melhorar as suas condições de vida"; referiu. O Secretário-Geral apelou aos parceiros e participantes na jornada alusiva ao Dia Mundial do habitat para que se faça o possível para criar potencialidades e condições de vida decentes para todos os homens, mulheres e crianças, de modo a preservar o património natural e promover um crescimento mais inteligente, que respeita o ambiente.

Ban Ki-moon apontou os maiores desafios do mundo ligados à urbanização como sendo o combate à pobreza, às catástrofes naturais e ao encarecimento da energia. Lembrou que nos objectivos de Desenvolvimento do Milénio está previsto melhorar as condições de vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de subúrbios até 2020.

"Em 2005, pouco mais de um terço da população das regiões em desenvolvimento vivia nos subúrbios. Na África subsahariana, essa proporção ultrapassa 60 por cento. Significa que importantes investimentos devem ser feitos para que essa população, por exemplo, tenha acesso à água potável, ao saneamento e a uma habitação durável numa superfície habitável".

6.8 Adjunta de Ban Ki-moon satisfeita com progressos

Jornal de Angola 7/11/2008

A Organização das Nações Unidas elogiou ontem o esforço que está a ser feito pelo Governo angolano no sentido de melhorar as condições de vida das populações. A Secretária-geral adjunta das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Anna Kamujou Tibaijuka, encontrou-se ontem com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, numa das salas protocolares do Centro de Convenções Talatona, em Luanda.

A imprensa, a Secretária geral adjunta das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos disse que enalteceu o Presidente da República pelos feitos em Angola no sentido de melhorar o desenvolvimento urbano. Anna Kamujulo Tibaijuka disse que analisou com o Presidente da República a possibilidade de um trabalho conjunto no domínio da habitação social, para garantir que todos os angolanos vivam melhor e em condições aceitáveis.

A Secretaria-geral adjunta das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos afirmou que o momento de paz e estabilidade que Angola vive desde há seis anos favorece a execução de políticas em prol da habitação social.

Com uma população estimada em 16 milhões de habitantes, Angola tem um terço da sua população a viver na capital do país, Luanda.

6.9 A satisfação da ONU

Jornal de Angola 8/11/2008

A ONU, ao enaltecer e elogiar o Governo angolano pelos esforços feitos para melhorar as condições de vida das populações, vem corroborar as, observações feitas internamente, segundo as quais o país está a mudar. É lamentável que determinadas transformações que ocorrem no nosso país, nomeadamente os esforços de reconstrução, apesar de sustentadas com factos reais, precisem de passar pelo crivo de conhecidas e reputadas instituições internacionais para que certos profetas da desgraça acreditem que o país está a transformado num canteiro de obras.

O elogio da ONU serve também para refutar os sectores da sociedade civil que teimam em não ver a determinação do Governo angolano no lançamento de projectos habitacionais, serviços básicos e de infra-estruturas por todo país. Para estes sectores, nem sequer a vontade popular, expressa há semanas, de forma inequívoca, em eleições democráticas, lhes serve de lição e muito menos para verem o que está à vista de todos e que já teve consequências positivas no quotidiano das populações.

A directora executiva da ONU para os Assentamentos Habitacionais enalteceu a figura do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pelos feitos alcançados pelo nosso país em seis anos de paz e estabilidade. Os seus elogios e constatações mostram que para a ONU, Angola está no bom caminho. Daí a garantia de apoio técnico e institucional ao Governo angolano na consecução de projectos que viabilizem o alcance das metas constantes no documento "Objetivos do Desenvolvimento do Milénio".

Anna Kamujulo Tibaijuka, que analisou com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a possibilidade de um trabalho conjunto no domínio da

habitação social, disse que em função das realizações já alcançadas em Angola, a liderança do nosso Presidente é exemplar. E estamos todos de acordo. Neste momento, as autoridades angolanas deram inúmeras provas de que estão comprometidas com o progresso do país, que há um maior empenho ao mais alto nível.

Esperemos que os elogios e reconhecimento por parte de Anna Kamujulo Tibaijuka a Angola e ao seu Governo, em nome da ONU, venham a merecer da parte da comunidade internacional, particularmente de parceiros na execução da agenda do Governo, a devida solidariedade e atenção nos esforços de reconstrução nacional.

6.10 Nasce ao Sul de Luanda uma "Cidade Harmoniosa"

Jornal de Angola 9/11/2008

Luanda acolheu, a 6 de Outubro, o acto central das comemorações do Dia Mundial do Habitat, instituído pelas Nações Unidas (ONU). Na véspera desta efeméride, um grupo de cidadãos estrangeiros convidados para o evento, na companhia de dirigentes angolanos, foi visitar vários projectos a sul de Luanda. A ideia era contactarem o que está a ser feito no nosso país, particularmente no capítulo das infra-estruturas habitacionais com vista a garantir maior qualidade de vida aos cidadãos e consequentemente corresponder, à directiva da ONU que visa a criação de "Cidades Harmoniosas" no mundo, proporcionando habitações confortáveis e dignas.

Com esta perspectiva, e sob o lema "Cidades Harmoniosas" a ONU determinou que o Dia Mundial do Habitat tivesse lugar em Angola, uma vez que, de acordo com aquela organização, o país, nos últimos anos, regista um crescimento e desenvolvimento urbano considerável.

Nesta base, logo no início do passeio, os visitantes receberam informações técnicas sobre o crescimento de Luanda. A cidade tem uma população estimada em 5,8 milhões de habitantes e, actualmente, 80 por cento dos habitantes vivem nas chamadas áreas informais, que ocupam também 80 por cento da área urbana. Os técnicos explicaram que os constrangimentos no trânsito automóvel resultam da falta de ligações viárias entre a cidade e o resto do país. Luanda, segundo os últimos estudos demográficos, terá até 2030, 10 milhões de habitantes. Mas se não arrancar o programa das "Cidades Harmoniosas", esse número pode subir para 16 milhões.

Água pura do Kikuxi

A exibição de slides serviu para ilustrar a problemática do desenvolvimento de Luanda, mostrando o desordenamento das zonas suburbanas e o ordenamento que se pretende nas zonas em desenvolvimento. Daqui para frente, os projectos de crescimento urbanístico devem ter em conta a criação

de áreas verdes para melhorar o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas que vão ocupar os novos espaços.

A harmonia das cidades depende de muitos factores. Um deles é o tratamento de esgotos urbanos. Os convidados visitaram a Estação de Tratamento de Água - ETA - , no perímetro do Kikuxi, para ver como se processa o trabalho de tratamento e distribuição. Fernando Cunha, administrador da EPAL, explicou através de slides como Luanda e particularmente os novos bairros são abastecidos de água.

Já diante dos tanques de tratamento e abastecimento, os visitantes foram informados de como a central recebe água a partir do rio Kwanza, processa o seu tratamento e posteriormente faz a sua distribuição aos clientes. Os visitantes foram também informados de que nesta primeira etapa, o sistema III da EP AL atende 70 por cento da população de Luanda. Segundo explicações de Fernando Cunha, a empresa tem, para os próximos tempos, amplo programa de abastecimento de água potável a Luanda, que compreende o fornecimento às novas zonas residenciais e distribuição de água de qualidade.

Rumando para o projecto residencial do Zango, os visitantes viram as casas da segunda fase do empreendimento que vão alojar pessoas em situação de precariedade. Os ex-moradores da encosta da Boavista, hoje residem no Zango 1 e 2. Agora que se aproxima a terceira fase do projecto, já foram construídas 10 mil casas, das 26 mil e 600 previstas para beneficiar 160 mil pessoas. Neste momento uma parte do Zango já beneficia de energia eléctrica e água potável. Mas a menina dos olhos daquela comunidade é o Centro Cultural. A sua arquitectura é notável e o interior acolhedor. Tem um salão multiuso, uma biblioteca com Internet, áreas, administrativas e um espaço museológico. Está prevista a construção de outras infra-estruturas sociais, educativas, recreativas e sanitárias. As casas da segunda fase têm três quartos, uma sala, uma cozinha, uma casa de banho e quintal. As ruas ainda não estão asfaltadas e é necessário mais arborização.

Vida pacífica

Tudo indica que o projecto Zango vai melhorar ainda mais. No esboço do "Jardim Vida Pacífica de Angola" estão a ser construídos 51 edifícios com alto padrão de qualidade, que vão ocupar uma área de 232,56 metros quadrados de superfície. Para a primeira fase do projecto, a ser concluída em Dezembro de 2008, 10 mil apartamentos vão beneficiar uma população estimada em 60 mil pessoas. O grupo de visitantes visitou os apartamentos de um dos prédios já acabados e ficou a saber que eles são do tipo T3 e T 4 e que o metro quadrado de cada apartamento será vendido entre 350 a 600 dólares.

Neste leque de construção; existem moradias do tipo T3 e T4. De acordo com explicações avançadas pelo engenheiro Manuel Van-Dúnem, os beneficiários do projecto do Governo são cidadãos capazes de pagar

pelo custo do modelo a adoptar. Este espaço terá uma zona verde de 14 hectares e ainda outras áreas sociais como creches, escolas, hospitais, serviços administrativos, recreativos, desportivos e áreas comerciais. Mário Moreno, director da Organização das Nações Unidas para a Divisão de Estudos das Cidades, depois de visitar o Zango, manifestou a sua satisfação por tudo o que viu, recordando que há anos tinha ido àquele lugar e que, de lá para cá, as mudanças que se operaram são consideráveis.

"Projecto Morar"

Do Zango, a caravana, composta por dois autocarros e vários automóveis, visitou o "Projecto Morar", e depois seguiu para o "Projecto Nova Vida", onde no anfiteatro do Centro de Estudos Judiciários recebeu explicações técnicas, através de slides, que mostraram como as moradias e prédios foram construídos.

Na primeira fase, foram erguidos 2. 480 Fogos. Para a segunda fase, prevê-se a construção de um total de 4.342 habitações.

Com uma passagem breve pelos Centro de Convenções de Talatona, pelo Belas Shopping e outros edifícios da zona, os visitantes terminaram a sua visita nas instalações da Empresa de Desenvolvimento Urbano, EDUR, que, com a Odebrecht, é responsável pelo nascimento de muitos condomínios e outros projectos habitacionais erguidos a sul de Luanda. Depois de seis horas de visitas, os convidados viram quase tudo o que está a ser feito em Luanda, para na perspectiva das Nações Uni das ser criada uma "Cidade Harmoniosa".

6.11 A cidade e o campo

Jornal de Economia e Finanças 10/11/2008

O sonho de uma vida tranquila no interior parece não estar mais no topo da lista das prioridades da maior parte dos cidadãos, a julgar pelo avassalador êxodo de populações rurais que se transferem para centros urbanos, em todo o mundo. Metade da população do planeta já está a viver em cidades e essa proporção só tende a crescer.

Mas porque as pessoas são atraídas para os centros urbanos?

As razões são muitas, lembrou a directora executiva da UN-Habitat e Sub-secretária das Nações Unidas, Anna Tibaijuka, durante a sua estada em Luanda, para presidir às comemorações do Dia Mundial da Habitação, na Última segunda-feira, 6 de Outubro.

A data faz parte do calendário oficial das Nações Unidas que, anualmente, escolhe uma cidade do mundo que tenha conquistado méritos no tocante a acções concretas relacionadas com a solução de questões ligadas aos assentamentos humanos. E, neste caso particular, Angola está em posição de destaque entre as Nações que têm procurado enfrentar de forma efectiva a candente questão da deterioração das condições de

vida nas cidades.

Como destacou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na abertura do encontro, o país está a construir I milhão de fogos residenciais, com investimentos totais que chegarão a cifra de USD 50 mil milhões. Trata-se, certamente, de uma quantia de dimensões astronómicas, pois só os grandes desenvolvimentos industriais costumam ostentar investimentos tão vultuosos.

Mas, de pensarmos no tamanho da tarefa a ser cumprida, a aparência extravagante dessa cifra ficará bastante esmaecida. Para começar, as residências exigem, para que sirvam os seus fins, de infra-estruturas de saneamento básico, fornecimento de água potável, recolha de lixo, boas estradas, serviços de transporte, geração de postos de trabalho para garantir uma vida digna às populações. Então, é de tudo isto que se está a tratar, quando o tema é a solução do problema da concentração urbana.

Todas as áreas urbanas e suburbanas do país terão os seus planos directores de desenvolvimento, como referiu o Presidente no seu discurso. Isto significa que teremos um crescimento orgânico e planificado, em substituição do inchaço descontrolado que tem caracterizado o aumento do tamanho das cidades nos países menos desenvolvidos.

Não basta, no entanto, planificar o desenvolvimento urbano, recuperar a degradação e restaurar a normalidade da ocupação. É preciso evitar que o descontrolo volte a ocorrer. Isto abre outras páginas nesta história, entre as quais, por exemplo, a urgência de se lançar um olhar atento ao desenvolvimento rural, com a retomada da produção agrícola. Outro capítulo deve ser dedicado a políticas que estimulem a instalação de infra-estruturas sociais, como hospitais e escolas de alto nível nas províncias para evitar a debandada dos jovens para as metrópoles.

O Dia Mundial do Habitat não poderia ter tido o seu centro para as celebrações em cidade mais adequada que Luanda. Não há, no mundo, nenhum país que esteja a dedicar parcelas tão grandes de seus recursos orçamentais à recuperação de activos públicos deteriorados. Os seus frutos começam a ser colhidos. E, mais cedo do que se imagina, Luanda e outros grandes centros urbanos de Angola serão lugares mais aprazíveis para se viver.

6.12 Cidadãos sem fronteiras, a sua missão é ajudar a quem precisa

Jornal de Economia e Finanças 10/11/2008

O arquitecto mexicano Eduardo Lopes Moreno terminou o seu doutoramento na Sorbonne (França) e rejeitou convites para ficar na Europa. Optou pelo Haiti para trabalhar em acções sociais. Em 1996, veio para Luanda, onde ficou até 1999, como o primeiro

representante da UN-Habitat no país.

Brenda Thorpe vive em Burlington, estado de Vermont, EUA, e preside à Champlain Housing Trust, fundo de investimentos para programas de habitação para comunidades pobres.

Guillaume Chantry é francês. Alistou-se na organização de apoio social Development Workshop France e foi para o Vietname para construir casas resistentes a tufões em regiões carentes.

Os três têm em comum a missão de servir. Servir aos pobres do mundo.

6.13 Compra de casas mais fácil

Jornal de Economia e Finanças 10/11/2008

O Champlain Housing Trust, fundo imobiliário voltado para projectos de recuperação e transferência de residências para a população carente de Burlington, Vermont, nos Estados Unidos, é presidida por Brenda Thorpe, que recebeu o prémio concedido pela Fundação de Construção e Habitação Social da Inglaterra para soluções habitacionais inovadoras e sustentáveis.

Embora com actuação numa região turística dos Estados Unidos, ela lembra que há um segmento de população de baixa renda no estado que não tem condições de comprar ou alugar uma casa.

Com uma ajuda inicial do governo do estado, foi criado o fundo que adquire terras e propriedades que, após reabilitadas, são alugadas perpetuamente a famílias de poucos recursos. "A indústria de Vermont entrou em crise e a economia da região transferiu-se para serviços e turismo, o que provocou desemprego", diz Brenda. Segundo ela, a crise imobiliária americana tornou ainda mais difícil a aquisição de casas no estado.

6.14 Mexicano já viveu em Angola

Jornal de Economia e Finanças 10/11/2008

Eduardo Lopes Moreno é director das Nações Unidas, responsável pela Divisão de Estudos de Cidades da UN-Habitat. Actualmente vive em Nairobi, Quênia, onde fica a sede do programa. A sua primeira missão na Habitat, em Africa, foi em Luanda, numa época (96 a 99) em que a cidade ainda estava longe de experimentar o surto de desenvolvimento que ocorre hoje.

Ele diz que jamais alguma cidade, na história da humanidade, conseguiu alcançar as suas metas de desenvolvimento sem um sistema político onde o governo assume as responsabilidades de liderar o processo. "Poucas cidades têm desenvolvimento planeado por períodos de mais de 25 anos", diz. Adverte que o planeamento estratégico "não é uma fantasia contida em mapas, mas implica investimentos nacionais".

Para ele, a visão estratégica tem de ser integrada,

olhando-se a cidade como uma "cidade harmoniosa". "Angola tem o tremendo desafio de responder aos anseios da população pobre que cresce a taxas mais elevadas do que a média africana", lembra.

6.15 Crescimento da cidade será para o interior e em áreas satélites

Jornal de Economia e Finanças 10/11/2008

O modelo de crescimento preconizado para Luanda deve ocorrer ao longo dos tempos e em tomo do eixo que conduz ao interior do país, com a criação de novos centros urbanos e áreas satélites que surgirão ao redor da velha cidade.

Segundo a estratégia, serão hierarquizadas as vias estruturais da cidade em estradas primárias e secundárias visando facilitar o movimento contínuo dos veículos e evitar os engarrafamentos.

Outra preocupação do plano urbano é a valorização dos espaços verdes e o aproveitamento de corredores que possam estender e maximizar esses espaços com vegetação.

Embora o Plano Director da cidade esteja em elaboração, as autoridades prevêem intervenções imediatas capazes de solucionar problemas que criem desconforto e riscos para a população.

Planos

Como exemplos das acções de impacto que têm sido tomadas no cenário urbano, foram mencionadas aos participantes do Dia Mundial do Habitat o Projecto Nova Vida, um dos maiores planos habitacionais do país, a Estação de Tratamento de Água do Kikuxi, com redimensionamento da sua capacidade, o novo campos da Universidade Agostinho Neto, para 17 mil estudantes na sua primeira fase, as novas instalações da TP A e o estádio de futebol de Luanda para o CAN 2010, para 60 mil espectadores.

Outras estratégias

Foram destacadas, também, as estratégias de recuperação e de requalificação de áreas urbanas.

Nesse contexto, foi citado o Plano Director da Camama, com o desenvolvimento de uma área de mais de 1.200 hectares para a construção de 24 mil unidades habitacionais, que vão atender a uma população estimada em 147 mil habitantes.

Os esforços de recuperação do Bairro Boavista, que albergava uma população na ordem de 130 mil habitantes, foram mostrados como exemplo de investimentos.

A zona é uma área de risco, daí que as populações que residiam no local foram transferidas para zonas mais cómodas. Um dos locais é no Zango, Viana, onde a maioria vive em casas condignas com acesso aos serviços básicos.

O local residencial do Zango tem uma área de 1.100 hectares, com cerca de 25 mil unidades residenciais para uma população de 158 mil habitantes, com áreas verdes e serviços. E Boavista, uma vez saneada, poderá receber novos projectos habitacionais.

Mas nem todas as intervenções previstas na área metropolitana de Luanda, mesmo envolvendo saneamento básico e revitalização de vias públicas, implicarão transferir moradores.

No município do Cazenga, por exemplo, algumas áreas fazem parte do carácter da cidade e, por esta razão, como explicam os urbanistas, haverá requalificação, sem transladação, mantendo-se a identidade do bairro.

A estratégia é aumentar a densidade populacional, sem a necessidade de realojamento.

6.16 DW e IRSEM canalizam verbas para habitação e reassentamento

Jornal de Economia e Finanças 10/11/2008

Até ao momento, a Development Workshop (DW) e o IRSEM já disponibilizaram USD um milhão para programas de habitação e reassentamento das populações.

Segundo o director geral da DW, Allan Cain, o programa dá prioridade à construção de infra-estruturas sociais, com destaque para redes de canalização de água potável, enquanto acções no âmbito do reassentamento estão mais viradas para a formação técnica dos ex-militares.

A DW já formou mais de 500 técnicos de construção civil dos níveis básico e médio na província do Huambo. Durante a guerra, um dos seus principais objectivos era apoiar os deslocados e refugiados.

No quadro de um programa conjunto com as comunidades e as administrações locais, a ONG canadiana já construiu mais de 200 escolas em várias localidades do interior.

"Nas províncias do Huambo e Bié, estamos envolvidos na construção de quatro escolas e várias redes de água potável", adiantou Allan Cain.

Quanto ao combate à pobreza, o interlocutor disse que desenvolvem programas de saneamento básico nos municípios do Sambizanga, Cazenga e Cacucaco.

Construção

Nas províncias da Lunda-Norte e Cabinda, foram implementados projectos de infra-estruturas sociais com os governos provinciais e as administrações municipais, num valor de USD 500 mil.

Um outro, de USD 400 mil, beneficiou a província do Bié. Sobre os financiamentos internacionais, durante o

período de conflito, a maior parte era fornecido pela União Europeia, Noruega, Canadá, BP, Trocaire (Irlanda) Chevron, Unicef e a holandesa OXFAM.

Depois da guerra, a DW mantém parcerias com o Governo angolano, com a Sonangol e o IRSEM, em projectos direccionados sobretudo para a criação de empregos, habitação e a profissionalização dos desmobilizados.

Segundo Allan Cain, em Luanda e Huambo, a DW está envolvida em vários projectos com várias organizações não governamentais locais com engajamento comunitário e as administrações municipais, no quadro de um programa denominado micro crédito urbano.

Huambo

Em relação a outros projectos na província do Huambo, segundo Allan Cain, as atenções recaem para a área de infra-estruturas escolares, creches e postos médicos.

"Temos um projecto chamado Habiteck, que é a construção de uma fábrica de materiais escolares, como carteiras, janelas, portas e outros materiais de construção de escolas", salientou.

Também no Huambo, encontra-se em fase de execução um programa desenvolvido em conjunto com o Governo provincial, para o acesso à terra, um dos principais constrangimentos para aquisição de habitação para os desmobilizados.

6.17 A gigante empreitada de construir um milhão de casas em quatro anos

Agora 11/11/2008

Cinquenta mil milhões de dólares são o montante que o Governo prevê investir na construção de cerca de um milhão de habitações, no quadro do seu programa habitacional executivo 2008-2012.

O Presidente da República fez estas revelações, após ter ouvido as recomendações da ONU, através da Subsecretária-Geral para os Assentamentos Humanos, Anna Kamujulo Tibaijua, durante a cerimónia do encontro do Dia Mundial do Habitat, que decorreu no Centro de Convenções do Talatona, em Luanda. "O Governo deve afectar cerca de trinta por cento para a construção de habitações sociais" defendeu a dirigente da ONU.

O chefe do Governo reconheceu que a habitação é fundamental para a construção de cidades e sociedades justas e democráticas, frisando igualmente que não será um exercício fácil mobilizar mais de cinquenta mil milhões de dólares para resolver o problema da habitação nos próximos quatro anos.

Eduardo dos Santos, anunciou também que todas as áreas urbanas do país terão planos directores de desenvolvimento, visando a estruturação das cidades para a satisfação das condições mínimas em termos de infra-estruturas e da procura da habitação, cujo o programa de construção de novos fogos iniciou há quatro meses.

Consta ainda do plano do Governo, desenvolver programas de apoio à elaboração de planos directores municipais de ordenamento do território, de forma a definir a estratégia dos territórios e da rede urbana nas vertentes social, económica e nos sectores agrícola, industrial, logística e de turismo, assim como de infra-estruturas aeroportuárias e ferroviárias, segundo precisou o chefe de Estado.

Por outro lado, será priorizada uma cooperação activa entre a administração central e local do Estado, entre o sector público e o privado, com vista à execução de uma nova política que contribua para a geração de empregos e desenvolvimento harmonioso dos centros urbanos, na eliminação da pobreza e da insegurança, das zonas degradadas e suburbanas.

O PR propôs a adopção de uma política ambiental rigorosa e urgente para fazer face aos problemas ambientais.

6.18 Ainda o milhão de casas

A Capital 11/11/2008

As promessas que se fazem, do ponto de vista habitacional, a serem cumpridas corresponderão a um verdadeiro milagre. Acredita-se, aliás, ser isso mesmo que se procura, quando se promete, como o reiterou, nesta semana, o Presidente da República, construir um milhão de residências condignas num intervalo de quatro anos.

A intenção, até é nobre. Mas daí à prática há ainda um longo caminho a percorrer. A prática, no fundo, mostrou ao angolano que, na matéria habitacional, as promessas que se fazem, não são, de modo algum, para serem levadas a peito. E, tal não acontece, apenas, ao nível dos projectos estatais. As iniciativas privadas, neste domínio, têm de recorrer aos preços exageradamente altos, para evitar a falência. Mesmo assim, submetem a quem os tenha aderido a períodos de espera demasiados longos, em nada correspondentes com a expectativa gerada para incentivar a adesão ao projecto.

Ao nível estatal, então, a realidade é ainda pior. Os angolanos estão, certamente, lembrados das promessas, do próprio Chefe de Estado, de construir 20 casas por dia na zona do Zango. As casas foram, até construídas, algumas ainda estão em construção. A velocidade que se imprimiu, no fundo, não correspondeu à estimativa presidencial. A distância, na verdade, foi tanta que se pode comparar perfeitamente a um cágado (entenda-se ritmo de construção) que se tenha posto a competir com um leopardo (entenda-se ritmo prometido) numa

corrida de velocidade. Não é, apenas, o cumprimento dos prazos estipulados que põe em causa as promessas actuais. A qualidade também. Os conceitos de habitação condigna defendidos pelo Estado e pela população, de uma maneira geral, são divergentes. Quem ouve as autoridades falar de dignidade habitacional imagine um estilo de vida superior, do ponto de vista de qualidade, que projectos como Zangu, Sapu ou uma outra distante localidade, para onde têm sido desterrados os cidadãos desalojados do centro da cidade. Mesmo o projecto Nova Vida, que era para ser uma referência do ponto de vista de construções estatais, caminha a passos largos para se tornar um outro musseque de betão.

A coerência obriga os cidadãos a descreditarem das promessas do Chefe de Estado. A construção de um tão elevado número de habitações exige uma retaguarda, ainda não disponível em Angola. Não há recursos humanos suficientes, empresários experimentados, em número aceitável, além da própria matéria-prima que, hoje no nosso mercado, de tão escassa é comercializada a preço de ouro. A importação, com todas as barreiras, aduaneiras e outras, que se lhe colocam pelo caminho não serve nem de longe para as encomendas. Que o digam as obras, mesmo aquelas taxadas como prioritárias pelo Estado, forçadas a caminhar a passo não de cágado, mas de camaleão.

O mercado, é verdade, está a sofrer investimentos. As autoridades intervêm de uma maneira mais ou menos agressiva, para estabilizar a oferta e a procura de materiais de construção. Uma nova cimenteira, por exemplo, começa a dar os primeiros sinais de vida. Há sinais de que, a produção de ferro também esteja a ser redinamizada. Note-se, porém, que tudo está a ser feito ao mesmo tempo. O Governo procura desenvolver a oferta de materiais de construção para, em seguida, consumi-los ferozmente logo a seguir. E isso, com certeza, não estabiliza os preços, mantém-nos tal como estão. É como um empresário que abre uma loja só para satisfazer, gratuitamente, as suas necessidades e as dos seus, esquecendo-se que é preciso rentabilizar o negócio.

6.19 As matemáticas impostas por um milhão de fogos

A Capital 11/11/2008

Poucas são as pessoas que acreditam na exequibilidade do projecto de construção de um milhão de fogos nos próximos quatro anos, conforme ideia avançada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no discurso da abertura da IIIª Conferência Nacional do MPLA.

Economistas como Justino Pinto de Andrade (JPA) são de opinião que esta é uma promessa que fica no registo para a memória futura. Aliás, esta foi uma das promessas mais marcantes da recente campanha eleitoral do partido no poder em Angola.

Quando questionado se o número de residências anunciadas pelo Chefe de Estado, para disponibilização a preços mais baixos em relação aos actuais, poderá ou não provocar uma agitação no mercado da habitação, JPA foi peremptório, ao afirmar: «há aí alguém que continua em campanha eleitoral... ou então, já iniciou outra».

Esclareceu, afirmando não acreditar na capacidade de construção de um milhão de casas durante o presente mandato. Porquê? «Isso implicaria uma capacidade construtiva que penso não existir no país», afirmou.

Matematicamente falando, assegurou que seriam 250 mil casas por ano, em média, 650 casas por dia e uma média de 29 casas por hora. Logo, «mesmo que seja a nível nacional, esta cifra é elevada, porque as empresas de construção estão concentradas apenas em algumas localidades».

E, como se sabe, «a construção não depende só da vontade subjectiva ou da existência de chineses e brasileiros», mais a mais quando faltam materiais de construção, com provas dadas na lentidão observada nas obras, depois das eleições.

«Vão a um ritmo sonolento e só abrirão os olhos quando se estiver novamente em campanha declarada, para depois voltarem a trabalhar, novamente, de dia e de noite, debaixo de chuva e ao sol», perspectivou.

Uma outra preocupação de JPA está relacionada com o custo anunciado para esta monumental empreitada, ou seja, 50 mil dólares para cada fogo. «Se assim for, teremos um dispêndio de 50 mil milhões de dólares, uma média de 12,5 mil milhões de dólares por ano, o que corresponderá mais de 30% da actual receita de exportação», calculou.

«Com isso, o que se pode esperar?», perguntámos. «Se tivermos em conta que a nossa receita de exportação vai baixar, a situação ainda se complicará mais. A nossa economia não comporta um crédito à habitação nesta dimensão, sobretudo em período de crise, como esta que se adivinha», avançou.

6.20 As verdades do seu habitat que JES não queria ouvir

A Capital 11/11/2008

De tudo o que se ouviu na sala de conferência do Centro de Convenções de Talatona (CCT), no acto central das celebrações do Dia Mundial do Habitat, chamaram, sem sombra de dúvidas, particular atenção as críticas à governação angolana feitas pela subsecretária geral adjunta da ONU e directora executiva do Programa para os Assentamentos Humanos, a tanzaniana Anna Tibaijuka.

Diante de várias personalidades nacionais e estrangeiras, com destaque para o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e quando se esperava apenas por elogios, Anna Kajumulo Tibaijuka acabou por provocar alguns dissabores aos presentes, silenciando a sala com críticas à forma como o Governo angolano tem desenvolvido a política habitacional no país.

Em face do seu crescimento económico exponencial e da sua moeda de troca do mercado internacional, o petróleo, a responsável da UN-Habitat não entende as razões para que a maioria da população angolana viva ainda em zonas degradadas, quando, com uma política muito bem desenhada, se podia proporcionar habitações condignas sobretudo para os desfavorecidos.

Falando em inglês, a tanzaniana desafiou as autoridades angolanas a atribuírem 30 por cento do Orçamentos Geral do Estado para projectos relacionados com a habitação, de forma a beneficiar toda uma população que se confronta com graves problemas para assegurar um tecto com condições reais de habitabilidade.

As palavras de Tibaijuka terão caído como um verdadeiro balde de água fria os presentes na sala, sobretudo angolanos, com destaque para o Chefe de Estado, para quem aqueles pronunciamentos não terão agradado, pelo que não perdeu tempo em responder, tão logo lhe foi dada a oportunidade para discursar, já no encerramento daquelas celebrações.

Mais palavras, menos palavras, José Eduardo dos Santos (JES) anunciou o desenvolvimento de programas de apoio e elaboração de planos directores municipais, de ordenamento do território e da rede urbana, quer na sua vertente social, como económica.

Além disso, assegurou JES, que no quadro das «cidades harmoniosas», tema que dominou as celebrações deste ano, no quadro dos Compromissos do Desenvolvimento do Milénio da ONU até 2015, «tornou-se urgente e essencial promover a qualidade nas cidades, através do desenvolvimento sustentado assente, fundamentalmente, no usufruto dos benefícios da natureza».

«Estamos assim em sintonia com as preocupações e a visão da ONU, quando coloca à atenção de todas as nações e organizações sociais a questão central da habitação como necessidade básica do ser humano, fundamental para a construção de cidades e sociedades justas e democráticas», realçou o Presidente angolano, ao longo da sua intervenção.

Contudo, assim como quem não leva desaforo para casa, o PR não queria deixar passar em branco a oportunidade de responder à Anna Tibaijuka, tendo-o feito de improviso, fora do seu discurso oficial preparado para aquela cerimónia, porque apanhado contra a corrente do jogo.

Ao responder às preocupações e a visão das Nações Unidas sobre Angola, no campo habitacional, JES destacou, à guisa de informação, que o Governo que dirige adoptou, para os próximos quatro anos, e no quadro da reestruturação das cidades, a construção de cerca de um milhão de fogos nas cidades, vilas e cidades.

«Falou-nos em cerca de 30 por cento, como recomendação para a inclusão o orçamento», mas, sustentou, «se em quatro anos, que é o mandato do governo, forem construídos estes um milhão de fogos e se calcularmos, muito por baixo, que cada fogo ficará por volta dos 50 mil dólares, será um orçamento de cerca de cinco mil milhões de dólares», explicou.

Para o presidente angolano, este facto conforma um desafio dos grandes para as autoridades angolanas, mas completamente alcançável, uma vez que seriam mobilizados mais 50 mil milhões de dólares para o programa da habitação.

José Eduardo dos Santos tem consciência de que tem pela frente uma autêntica «batata quente» nas mãos, pois reconhece que «não será um exercício «fácil», mas, ainda assim, «aceitamos o repto», já que «o temos como nosso próprio desafio e estamos a trabalhar neste sentido».

O combate ao caos urbanístico, acrescentou, que se instalou sobretudo nas cidades, está a ser feito através de modelos integradores, geográficos, económicos e ambientais, da proibição de construção ilegal e não autorizada, e também de políticas que procuram evitar abismais desigualdades regionais e o abandono do interior.

6.21 «Acho impossível atingir-se esta meta»

A Capital 11/11/2008

As contas de um professor universitário que pediu para não ser identificado permitem concluir ser contra natura a construção de tão grande número de casas neste intervalo de tempo, considerado curto para empreitada desta dimensão.

«Contas feitas, apontam que ao dividir-se um milhão de casas por quatro, que é o tempo do presente mandato, teremos 250 mil casas num ano, que ao dividir por 222 (número de dias úteis num durante o ano), teremos 1127 casas por dia.

Para a fonte, esses números exigiriam mais do que as empresas existentes no país, mais de três mil firmas de construção civil. «O País não "dispõe deste quantidade de empresas do ramo, pelo que acho impossível atingir-se essas metas, a menos que aconteça alguns milagres», afirmou.

No entanto, acrescentou, o problema não tem somente a ver com as empresas, mas também com o material, num país onde o cimento que actualmente é produzido,

«não atende, nem de longe, nem de perto, as necessidades de construção local.

«o facto de estarmos a recorrer à importação de cimento chinês deve-se exactamente a isso», enfatizou. Contudo, embora seja este cimento que tem estado na base da produção de obras de "autoconstrução dirigida, de pequenos empreendimentos habitacionais, ele o «cimento chinês» é, geralmente, reprovado pelas empresas de fiscalização das obras, para obras de maiores dimensões.

6.22 Os novos que se virem

Semanário Angolense 11/11/2008

A problemática da habitação foi uma das situações que mais dores de cabeça criaram à anterior direcção da Assembleia Nacional e mais gastos originaram nesta instituição, segundo apurou este jornal. Por isso, ao contrário do que aconteceu na anterior legislatura, os deputados estreados deverão receber nos próximos dias, como estabelece a nova Lei Orgânica do Estatuto dos Deputados, um subsídio a ser determinado pelo plenário da Assembleia Nacional para cobrir as despesas de instalação de residência e de aquisição de viatura pessoal.

Mas este processo de atribuição de verbas para o arrendamento ou compra de casas e carros será extensivo aos mais antigos, que já tenham beneficiado do mesmo expediente, quando tomaram posse na legislatura anterior. «Feliz ou infelizmente, as leis têm de ser cumpridas. Se alguns receberam anteriormente, ainda vão receber mais dinheiro para comprarem casas ou então arrendarem uma, assim como o respectivo carro protocolar», esclareceu uma fonte.

No que toca às vivendas ou apartamentos atribuídos aos antigos parlamentares pela Assembleia Nacional no projecto habitacional «Nova Vida» e no condomínio «Vila Flor», nas proximidades do Cemitério Camama, ao Kilamba Kiaxi, eles deverão passar à titularidade dos actuais inquilinos.

Informações apuradas pelo Semanário Angolense - e confirmadas por alguns dos antigos deputados à da Assembleia Nacional - indicam que a partir do momento em que as tenham recebido, os antigos parlamentares pagam uma renda resolúvel, na perspectiva de que as residências depois passem a suas propriedades. Um morador de um T1 no «Vila Flor» paga mensalmente 300 dólares, ao passo que o utente de um T4 desembolsa mil dólares de arrendamento.

«A decisão que se tomou foi de que a renda era resolúvel. Neste momento, se for cumprida a própria resolução, então as casas já são dos antigos e alguns dos deputados eleitos novamente, porque achamos que pagámos o preço residual, que estava estabelecido entre os 7 e 75 mil dólares norte-americanos», disse um ex-deputado.

Por outro lado, os anteriores parlamentares poderão também ficar com as viaturas que receberam durante a anterior legislatura. Quase todos eles já abateram à carga os primeiros modelos, nomeadamente Citroen e Audis, assim como as carrinhas de apoio às respectivas residências.

A grande incógnita agora reside no destino a ser dado pelo novo plenário do Parlamento aos últimos carros, cujos períodos de abate (estipulados em quatro anos) ainda não foram atingidos. Há cerca de dois anos, todos os parlamentares receberam dinheiro para compra de viaturas, tendo a maior parte deles escolhido, particularmente, modelos caríssimos como Audi AS, Toyota Land Cruiser VS e Wolkswagem Touareg.

«Quanto aos carros novos, tudo depende do novo», indicou um ex-deputado da oposição. Porém, uma fonte do gabinete da administração e finanças do Parlamento rematou, por sua vez: «em casos semelhantes, não há outra solução senão abatê-los. Mas neste caso eles terão de pagar 75 por cento do valor das viaturas, independentemente do preço de cada uma».

6.23 Novos empreendimentos modernizam zona de Viana

Jornal de Angola 13/11/2008

A empresa imobiliária GeneaAngola pretende dar nova dinâmica de vida às populações do município de Viana, com a construção de quatro empreendimentos, em que se destaca um Shopping Center.

A par disso, a empresa aposta na urbanização da área, erguendo três condomínios residenciais, nomeadamente, o Ginga Isabel, o Ginga Cristina e Ginga Vitória.

Na primeira fase do projecto, foram já entregues 270 residências do Ginga Isabel. O condomínio fechado foi arquitectado em função das novas tendências de habitação da América e Europa.

As obras iniciadas em Setembro de 2006 obtiveram um sucesso de vendas, antes da conclusão do perímetro. Segundo o engenheiro responsável, Adriano Iglesias, o projecto residencial traz inovações para o município satélite.

Os residentes beneficiam de um tratamento de água acústico, abastecido pelas duas torres de 90 mil litros e os reservatórios de água independente.

Também está montado um sistema de tratamento de esgotos, através da instalação do sistema Alpina, dispensando as fossas sépticas individuais.

"Todo o resíduo será tratado e somente liberto nos mananciais, obedecendo às normas internacionais de prevenção do meio ambiente", acrescentou Adriano Iglesias.

O condomínio fechado Ginga Isabel comporta uma área de lazer com duas quadras polidesportivas, salão de festas, salão de jogos, fitness Center, playground, quiosques e churrasqueiras, portaria com controlo de acesso e segurança 24 horas, escola e uma clínica especializada.

A nova residente Maria José está satisfeita com a compra da casa comercializada a 100 mil dólares. Responsável dos Recursos Humanos de uma empresa privada, há anos que ambicionava ter a sua própria casa.

A primeira fase de construção do Complexo Ginga Cristina, situado também em Viana, comporta 224 apartamentos e será concluída em 2009.

6.24 O combate ao caos urbanísticos esta a ser feito através de modelos integradores

Angolense 18/11/2008

"Em Angola, como em quase todo o mundo, o fenómeno da urbanização veio acompanhado de grandes problemas ambientais, tais, como a produção de resíduos domésticos e industriais, a poluição, o aumento do consumo de energia e água, o surgimento de águas residuais, etc.

Para evitar ou minimizar esses problemas impõe-se a adopção de uma política ambiental rigorosa e abrangente.

Neste contexto, é importante não apenas legislar e sancionar, mas acima de tudo, educar, sensibilizar e formar consciências, dando conhecimentos aos cidadãos, aos empresários e à sociedade civil, de um modo geral, sobre as consequências que atitudes pouco reflectidas podem ter sobre o ambiente.

Mais do que nunca, tornou-se urgente e essencial promover a qualidade nas cidades, através do desenvolvimento sustentado assente, fundamentalmente, no usufruto dos benefícios da natureza, com a necessidade da sua preservação e no esclarecimento permanente sobre a forma de melhorar a relação entre o homem e o meio que o rodeia, com base na ética e no bom senso.

No país, o combate ao caos urbanísticos que se instalou nas cidades e no território, em consequência da prolongada guerra, está a ser feito através de modelos integradores (geográficos, económicos e ambientais); da proibição da construção ilegal e não autorizada; e também de uma política que procura evitar assimetrias regionais e o abandono do interior.

Deste modo, as linhas de força traçadas orientam para uma cooperação activa entre a administração central e local do Estado, entre o sector público e privado, com

vista à execução de uma política que contribua para a geração de emprego, para o desenvolvimento harmonioso dos centros urbanos, para a eliminação da pobreza, da insegurança e das zonas degradadas e suburbanas.

Na concretização das políticas previstas nestes modelos integrados intervêm capitais públicos e privados. Os investidores privados podem participar no desenvolvimento de espaços públicos de qualidade, na requalificação e revitalização dos centros urbanos com inclusão social, bem como na valorização o território, em geral.

Também nos propomos a desenvolver programas de apoio a elaboração de planos directores municipais, de ordenamento do território, compreendendo e definindo uma estratégia deste territórios e da rede urbana, não só nas suas vertentes social e económica, mas também na sua interacção com os sectores agrícola, industrial, de logística, turismo e infra-estruturas aeroportuárias, ferroviárias, e outras".

6.25 Violações dos direitos humanos obstam realização de cidades harmoniosas

Angolense 18/11/2008

Apesar de com a reserva imposta pelas violações dos direitos humanos relacionados com a habitação, cometidas para a realização de rendimentos por projectos governamentais e por particulares que lhe são próximos, comunicamos ao Governo de Angola a nossa satisfação pelo acolhimento do acto central dessa comemoração.

Consideramos relevante referir aqui que essa reserva foi suscitada e sendo agravada, [deitando por terra a nossa credulidade inicial na mera intenção do Governo pretender apenas ordenar a cidade), porque essas violações foram sendo cometidas em função da satisfação de necessidades de implementação dum "desenvolvimento urbano em separado". Um apartheid social, não declarado mas de facto, em fase de implantação, cujas bases estão sendo consolidadas com o recurso ao uso da força do Estado contra o povo que, em vários momentos, testemunhamos ou sofremos porque também exercida contra activistas, pacifistas, da SOS Habitar.

Em função dessa constatação, obrigamo-nos a referir aqui que as violações dos direitos humanos que vimos documentando e divulgando, obstam à realização pelas cidadãs e cidadãos duma cidade harmoniosa e que, (a), seja qual for o país em que se verifiquem, as violações impunes dos direitos humanos anulam e ou inviabilizam a implantação do Estado de direito e, (b), consubstanciando a recusa da concretização da plena cidadania por todas e todos, acaba sempre por engendrar turbulência, nalguma forma e nalguma medida.

Um risco a que governantes e governados não devem expor o país novamente, adoptando ambos procedimentos de conformidade com a lei e optando pela inclusão de todos na formulação da agenda de desenvolvimento e na sua implementação. Solicitamos aos gestores da cidade que considerem que as cidades são o produto de quem as habita, em combinação com os recursos disponíveis, com a orientação e com a capacidade daqueles que as dirigem.

Apelamos e agradecemos que retenham que cada cidade é e será sempre o produto daquilo que os seus habitantes são, não devendo nenhum dos seus habitantes ser excluído em função dessa contingência. Para a concretização da Cidade de Luanda como uma cidade harmoniosa, principal e especialmente, deve ser tido em conta que estamos face a uma população urbana cuja maioria vive na pobreza, na pobreza extrema e na exclusão, que só poderá continuar a produzir os musseques de Luanda, assim como são, enquanto não sair da pobreza e da exclusão que lhe bloqueia o desenvolvimento e a conquista do bem-estar".

6.26 Os elementos fundamentais das teorias do habitat

Folha 84/11/2008

O habitat, provem da palavra "habitação" recobrando diferentes significados, como acção de habitar, imóvel ou lugar, provindo da etimologia do verbo "habere", realizando um levantamento dos qualificativos emprestados da casa.

Considerar que cada sociedade tem a sua própria racionalidade inspirada na sua maneira de viver e de coexistir com a natureza e com as outras sociedades, acaba por ser urna afirmação eivada de bom senso. O postulado imediato seria de que o espaço social modela-se, e estrutura-se dentro dos parâmetros de alguma racionalidade.

A racionalidade das sociedades das chamadas "subsistências" onde o domínio das relações baseiam-se nos domínios substantivos que os antropólogos denominam por " reciprocidade e de redistribuição." Sendo a habitação antiga e contemporânea, marcada pela precariedade das coisas, o nomadismo e a mobilidade residencial, a sua estrutura e o seu processo de diferenciação social, caracterizam-se pelo domínio de relações de parentesco e pelos atributos " Naturais " tais como a idade e a força física.

A relação de parentesco que está na base da organização social dessas sociedades em todas as suas dimensões relações entre grupos é: o exercício do poder político pratica religiosas e as actividades de produção.

A economia não seria mais que um aspecto, entre muitos da realidade social global assente na rede do

parentesco, segundo esta teoria antropológica do domínio do parentesco, a mais generalizada na história da antropologia, o habitat e a organização do espaço estariam estreitamente vinculados e dependentes dos mecanismos ditados pelas estruturas do parentesco, correntes antropológicas mais recentes, nomeadamente a antropologia económica.

"Garantir o direito a habitação para todos, prestando uma atenção especial a promoção e construção de habitações sociais, de renda resolúvel, para os agregados de renda baixa e media" (in extracto do manifesto eleitoral do MPLA de 2008).

Angola vive mergulhada numa crise bastante acentuada de vulnerabilidade estrutural das sua famílias, em que pelo menos 68% dos angolanos, vivem em situação de pobreza e 25% em situação de pobreza extrema, numa altura em que o grito d'ipiranga, para um estudo cada vez mais profissional e científico sobre o ordenamento territorial, dispensando as mediocres medidas que vão de improvisação em improvisação no sentido se tapar o sol com a peneira do estaleiro de obras é persistentemente solicitada pelo autor desta coluna.

"Promover a reforma urbana e a eliminação progressiva dos musseques" O musseque enquanto suporte espacial, se relaciona por ciclos de acontecimentos que tendem a repetir-se em todo o lado do país, onde se pretende utilizar a política de avestruz " enterrar a cabeça na areia, optando por tapar o sol com a peneira como se diz hodiernamente".

Em nosso entendimento o musseque, pode ser considerado como uma forma de acomodação entre os grupos diferentes, através da qual um deles está ou fica subordinado ao outro, o musseque representa e, é historicamente verificável, numa das diversas maneiras possíveis de se abordar parte dos problemas de uma percentagem expressiva, das minorias diferentes no seio de uma população importante que se pretende urbanamente habitada. Constituindo, ao mesmo tempo, numa forma de tolerância através da qual se deverá acautelar " os modus vivendi" que se estabelecem entre os grupos que estão em conflito sobre as questões fundamentais de adaptabilidade.

O musseque é uma forma pitoresca ou, o meio pelo qual os grupos culturais exprimem as suas heranças, quando são transplantados para um habitat diferente, a filtagem puramente renovada dos seus membros e as forças pelas quais a comunidade, mantém a sua integridade e a sua continuidade.

Os nossos musseques, são formas subteis da sua comunidade cultural, transformando-se aos poucos mais ou menos, até se fundirem na comunidade envolvente, reaparecendo ao mesmo tempo sobre diversas formas, ligeiramente alterada comparativamente ao seu aspecto primitivo, mais ainda claramente identificáveis.

Um ponto que em nosso entendimento, merece ser examinado, é o conceito de racionalidade que tem sido utilizado normalmente, para avaliar o grau de urbanização dos grupos sociais, que desde Simmel, um ilustre mestre da escola de Chicago, que fala do "intelectualismo" do Urbanista e a ideia da localização da cidade oposta ao misticismo do campo que está bem presente no contínuo falk-urbano, de Redfield. Assim, não só haveria um esvaziamento das relações primárias no meio urbano. A vida, o caso do parentesco, como a imparcialidade das relações históricas associada a uma "Objectividade racionalista e ao desenvolvimento de estratégias individualistas baseadas no cálculo.

" O estado de Direito social não pode cumprir a sua função protectora a não ser que responda aos desafios do desenvolvimento, mas também do esgotamento de recursos, de degradação do meio ambiente e do controlo de novos riscos. O estado e as colectividades territoriais, as associações (políticas ou civis) bem como as cidades, têm a obrigação de preservar o ambiente e transmitir um legado ecológico as novas gerações em bom estado." (in extracto do Manifesto eleitoral de 2008, da FpD).

É evidente, que a discussão em volta da urbanização de Luanda vem de longe, até porque, em nosso entendimento qualquer análise urbanística deve ser inclusiva na sua abordagem, as outras sensibilidades científicas e não apenas aos mestres do desenho, da legislação nem tão pouco os do betão, até porque o urbanista, deve trabalhar na execução de estudos e planos visando ao ordenamento do território e o planeamento espacial, ambiental urbano e rural.

"A figura da cidade, é simultaneamente território e população, quadro físico e unidade de vida colectiva"

6.27 Um passado que se faz presente

Semanário Factual 04/11/2008

No passado, aquando da sua criação, por volta do ano 1579, o bairro dos Coqueiros era o local escolhido para os poetas declamarem os seus poemas debaixo de coqueiros que abundavam em toda a costa e os pescadores deambularem no final da labuta, descansando das canseiras do dia-a-dia.

Hoje, esta imagem desapareceu e deu lugar a edifícios modernos, com vários prédios a circundarem a zona, sendo portanto um regalo a contemplar. Moradores falaram ao Factual do seu bairro com carinho, afirmando que a irmandade aí é uma realidade e raros são casos de violência.

Outro aspecto que hoje caracteriza os Coqueiros é o facto de ser um local preferido por mulheres de vida fácil, encontradas em cubículos antigos e a cair de velhos, precisando de ser destruídos ou reabilitados para se dar uma nova imagem ao bairro, onde a mistura

de gente e de viaturas o transforma numa "metrópole" em ponto pequeno dentro da grande Metrópole que é Luanda.

EMPREENDEIMENTOS

O bairro dos Coqueiros é rico em empreendimentos de vária natureza, tendo num passado algumas fábricas que infelizmente hoje deixaram de existir. Está-se a falar da fábrica de sabão e afins localizada no morro adjacente à fortaleza de São Miguel, actualmente museu das Forças

Armadas, e também de outras de menor peso, como de calçado, por exemplo, para além de confeitarias e stands de viaturas de vários modelos.

Porém outros empreendimentos ainda funcionam em pleno, com destaque para a fábrica de refrigerantes Mission hoje denominada Refriango. Esta fábrica ficou paralisada por longos anos depois da independência de Angola, em 1975. Ela manteve-se intacta mesmo após os confrontos em Luanda nesse período, em que milhares ou centenas de fábricas foram pilhadas pela população.

Depois de reabilitada, a Refriango abastece de modo suficiente o mercado angolano, com refrigerantes em latas e em bidões de plásticos, sendo do agrado dos cidadãos.

Aliás, o movimento de viaturas junto à Refriango para carregarem refrigerantes é frequente, o que demonstra que essa empresa desempenha já um papel preponderante na economia do país.

"É, os Coqueiros são ainda hoje o reflexo do bom, porque aqui não se fala muito do passado que foi esquecido pelas novas gerações, mas notamos que esta zona vai rejubilar quando ela for requalificada, tal como vai acontecer com a ilha de Luanda e o bairro da Chicala, nos próximos tempos", afirmaram ao Factual jovens estudantes de um colégio privado localizado no bairro.

Para esses estudantes da 123 classe do ensino de base, os Coqueiros ainda têm casas do tempo passado, feitas de pedras que carecem de substituição há bastante tempo, já que novos empreendimentos vêm surgindo cada dia mais.

INFRA-ESTRUTURAS

O bairro dos Coqueiros I tem hotéis, com destaque para o Continental, de quatro estrelas e com um serviço requintado, sendo do agrado dos turistas que aí ocorrem.

Esta opinião é partilhada por alguns hóspedes abordados pelo Factual aquando da reportagem nos Coqueiros.

Para eles, o hotel Continental é uma entidade privada mas que tem parceria com o Estado angolano, o qual reconhece o serviço prestado como "excelente".

Também o hotel Turismo é outro "monstro" que foi parcialmente destruído durante os confrontos de 1992 em Luanda, mas já está a ser reabilitado para albergar turistas que vierem a Angola por ocasião do CAN/2010.

O estádio de Futebol dos Coqueiros é uma "reliquia" para os moradores locais, pois tomou-se numa infraestrutura moderna e com os vários serviços a ela ligados, depois de uma reabilitação total.

. "Por acaso foi bom transformar o antigo estádio dos Coqueiros nesta importante estrutura, pois já se pode entrar à vontade e assistir a partidas de futebol", afirmou o jovem Adão Fortunato que, juntamente com colegas, se deslocava ao estádio para um jogo de futebol.

Automobilistas que passavam junto ao Estádio e abordados pelo Factual concordaram que essa estrutura tomou mais atraente o bairro dos Coqueiros, onde estão a ser erguidos novos edifícios para escritórios, o que vai tomar ainda mais aprazível a área.

TURISMO

O turismo ainda não é levado a sério no bairro dos Coqueiros porque a rede hoteleira ainda é diminuta e não satisfaz a demanda de quem precisa de recorrer a locais de lazer para diversão e relaxe.

Mas, mesmo assim, são vistos muitos cidadãos estrangeiros em hotéis, em restaurantes e em dancing's, embora a maioria prefira a Ilha do Cabo, um local turístico por excelência.

"Aqui quase não se vêem turistas e os poucos que aparecem são os que querem comprar viaturas em stands nos Coqueiros", fez saber ao Factual o vendedor Joaquim Aberto, de 35 anos e a trabalhar num stand da Toyota no bairro.

Para ele, quando forem criadas as condições para atrair turistas aí, sim, as coisas vão mudar e o turismo vai melhorar para bem da economia do país.

PROSTITUIÇÃO

Esse mal é perene no bairro dos Coqueiros, onde jovens raparigas de várias idades se prostituem para garantir o pão de cada dia. E pouco ou nada se pode fazer porque a sociedade fecha os olhos a esta realidade chocante que todos condenam mas ninguém faz nada para a debelar.

O Factual procedeu a uma ronda nocturna e pôde constatar que de noite as ruas dos Coqueiros ficam apinhadas de mulheres e de viaturas conduzidas por homens que, num conluio tácito, acordam negociatas que acabam por ser traduzidas numa partida repentina para vários pontos de Luanda, essencialmente para a ilha do Cabo, onde entre a escuridão e a claridade das luzes o casal desfruta dos "prazeres da carne" e da satisfação quente, para "gáudio" das duas partes.

"Isto vai continuar assim, não há solução" referiram duas prostitutas encostadas a um bar à espera de clientes.

Para elas, o trabalho é difícil e levar essa vida é complicado. Elas concordaram, no entanto, que se conseguirem emprego, vão mudar de vida.

"Mas não é para já, mas vamos esperar... ", vaticinaram.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Administração municipal do Kuito coloca contentores de lixo

Jornal de Angola 1/11/2008

Um camião e cem contentores de alumínio para a recolha de resíduos sólidos na cidade do Kuito e nas áreas periféricas foram adquiridos recentemente pela administração daquele município sede da província do Bié.

O material junta-se a outros dois camiões e trinta contentores fornecidos pelo governo provincial, com o objectivo de manter a cidade limpa, como assegurou o administrador municipal do Kuito, Moisés Américo Cachipaco.

De acordo com o responsável, o referido equipamento foi adquirido pela administração municipal dentro do orçamento de descentralização financeira, referindo que a decisão de se optar por contentores metálicos visa evitar incêndios decorrentes de fogo posto por parte dos cidadãos. Por seu turno, os contentores plásticos poderão permanecer no centro da cidade, em zonas onde residem pessoas mais idóneas.

Moisés Américo Cachipaco considerou que o excesso de volume de lixo existente actualmente nas artérias da cidade, provocado pelo considerável número de populares oriundos de várias regiões do país, foi uma das principais causas desta aposta da administração.

"Enquanto esperamos a chegada de alguns contentores, alugamos máquinas para retirar a quantidade de lixo existente nas principais ruas da cidade do Kuito; anteriormente esta cidade já foi tida como uma das mais limpas de todo o território nacional", referiu.

O administrador esclareceu que áreas como a do mercado municipal, a rua principal, os bairros do Catraio, Cangote e Cambulucuto são os que estão, a merecer uma limpeza profunda, com campanhas de sensibilização, mostrando aos munícipes o local ideal para o depósito de lixo.

Moisés Américo Cachipaco salientou que há necessidade de consciencializar e mostrar aos habitantes da cidade as consequências da existência da poluição de resíduos sólidos em lugares não determinados, razão pela qual a administração municipal colocou vários contentores em locais considerados propícios para o depósito de lixo.

A recuperação dos jardins da sede capital é outro ponto que consta igualmente no programa da administração municipal do Kuito, como disse o administrador. Assim, dois jardins estão já a ter intervenção.

O responsável informou ainda que, no âmbito do programa de descentralização financeira, a administração municipal recebeu cerca de 187 milhões de kwanzas que estão a ser empregues na execução de algumas obras públicas, como os cemitérios do Chissindo e da comuna do Kunje, bem como as esquadras policiais das comunas do Trumba e da Chicala, respectivamente.

As estradas que dão acesso à rua principal da cidade do Kuito estão a receber tapete asfáltico, segundo o administrador, para melhorar a imagem da urbe. Quanto as ruas terciárias, estas terão uma manutenção periódica no sentido de não permanecerem degradadas.

Outra obra que tem merecido a atenção da administração tem a ver com a reposição de uma ponte de betão sobre o rio Cangalo. Os restantes projectos sociais programados pela administração municipal do Kuito estarão em curso próximo orçamento, pelo facto de o valor actual não ser suficiente para a execução doutras obras.